



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 305 - DE 23 de AGOSTO A 11 DE SETEMBRO DE 2005 - R\$ 1,50



**Diante da disputa entre as quadrilhas da burguesia,
é preciso manter a independência de classe:**

**Tribunais Populares
para julgar e punir de verdade!**

Nem CPIs, nem Plebiscito, nem Constituinte

**Defender as reivindicações das massas
unificar nacionalmente as lutas pelo
salário, emprego, terra, educação, saúde,
moradia e ruptura com o imperialismo**

Teses sobre a crise política do governo PT\Lula

1. Reflexos da decadência da classe capitalista

O apodrecimento do PT, como demonstra a rede de corrupção em que se envolveu, reflete a podridão da classe capitalista e de seu Estado. Os partidos da oposição burguesa inventaram o conto de que no governo Lula a corrupção partidária pontual foi transformada em sistêmica. Na realidade, o que o PT fez foi utilizar o modo de existência da política burguesa e dos mecanismos de funcionamento do Estado, que não aparecem aos olhos da população. A relação de parasitismo da classe capitalista com o Estado e seu manejo em favor do acúmulo de capital determinam a conduta dos partidos da burguesia e, particularmente, dos seus políticos. A concorrência entre os capitalistas se reflete nas instituições estatais na forma de compra de governos, deputados, funcionários e da burocracia estatal. A decadência do capitalismo potencia esse fenômeno inerente à sociedade burguesa. O PT não tinha – e partido nenhum da burguesia tem – como governar fora desse modo de existência do Estado.

2. As alianças do PT com partidos da burguesia

As alianças do PT com partidos da ordem capitalista, para ganhar eleições e conseqüentemente para governar, materializaram o conteúdo burguês de sua política. O programa estratégico do PT se revelou plenamente ao chegar ao topo do Estado, com Lula na Presidência. Mas antes teve de estabelecer compromissos com partidos dos exploradores, escalar postos governamentais e se valer do financiamento de campanha por poderosos grupos econômico-financeiros. O PT usou como capital o controle da CUT, de movimentos sociais e a capacidade de manipulação eleitoral das massas por meio de bandeiras reformistas, entre elas a moralização do Estado. Grupos econômicos entraram com a dinheirama. E partidos aliados deram o aval de que o PT passou a fazer parte da ordem “democrática”, ou seja, do Estado capitalista. As denúncias de corrupção foram muitas no trajeto de ascensão do PT, culminaram agora em um grandioso espetáculo de tráfico milionário. Quem ousou dentro do petismo resistir ao uso de tais expedientes – e foram poucos – viram-se cassados pela Comissão de Ética ou simplesmente se afastaram. É claro que a decomposição do PT atingiu o ápice com sua direção majoritária mergulhada em negócios de quadrilhas, sob o governo Lula. Tais acontecimentos e conduta do PT demonstram a impossibilidade de qualquer partido alcançar o poder do Estado pela via eleitoral sem depender do financiamento de campanha pelos capitalistas.

3. Decomposição generalizada

O amplo envolvimento de partidos e parlamentares na corrupção indica o grau de decomposição da democracia burguesa.



Deputado “Boy” confirmou a compra do apoio do PL pelo PT

sa. O PT, para governar, sendo minoria, socorreu-se dos recursos disponíveis. Buscou apoio dos partidos dispostos a usar o governo petista como abrigo do fisiologismo. Os 52 milhões de votos atraíram os partidos anões da burguesia, incapazes de fazer frente aos três grandes partidos. O PMDB, o maior ajuntamento federativo de caciques e oligarcas, mesmo dividido, serviu desde o início de escora ao PT frente à oposição do PSDB\PFL. Por esse acordo, fortaleceu sua presença no seio do governo. Os milhões distribuídos aos “aliados” asseguraram provisoriamente a maioria parlamentar e a estabilidade de Lula. Se não fosse assim, o PT e o Presidente da República estariam inteiramente nas mãos do parlamento, ou seja, da oligarquia partidária constituída pelo PSDB\PFL\PMDB. Mas a base governista constituída não fez senão criar por outro caminho sua dependência. O PT atingiu o objetivo de governar o País, mas às custas de subordinar seu governo a uma coligação comprada por cargos e muito dinheiro. O manejo do Estado deu-lhe as fontes de recurso. O empresário Marcos Valério não passou de uma peça da engrenagem pré-existente, que havia servido principalmente ao PSDB e PFL. Os reformistas petistas, que prometiam democratizar o Estado e juravam fidelidade à “democracia como valor universal”, prestaram-se de instrumento para os interesses capitalistas, o jogo das corporações e para a politicagem do conjunto dos partidos burgueses, tanto da oposição quanto da base aliada. O concreto da “democracia universal” é que o parlamento é um antro de traficantes e larápios, que serve aos interesses históricos e conjunturais da decadente classe capitalista, contra as massas oprimidas.

4. Fracasso do programa reformista

O PT cumpriu seu desenvolvimento histórico fracassando

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

no objetivo programático de reformar a economia, as instituições políticas e de resolver a situação de miséria dos explorados. Ao assumir o Estado, colocou-se a tarefa de administrar os interesses do grande capital internacional e nacional. Para que assim fosse, contraiu o compromisso de garantir a continuidade da política pró-imperialista do governo anterior e de manter os acordos com os credores. Esse passo foi decisivo para ganhar a confiança da burguesia. Tratava-se de prová-la governando. É o que tem feito com a política econômica de proteção aos banqueiros, multinacionais e agroindústria. As medidas assistencialistas para enganar os famintos acompanham essa diretriz. No essencial, o governo Lula tem se prestado a atacar a vida da maioria e a auxiliar as potências a saquearem o Brasil. Por mais que a esquerda petista procure convencer de que é possível recuperar o PT e seu governo, retomando as teses da origem, não faz senão expor o desespero com o fracasso definitivo da possibilidade de um governo reformista. A demonstração de que o partido do caudilho Lula se afundou no pântano da política burguesa e que passou definitivamente para o lado da horda que comanda o Estado concluiu o ciclo histórico do PT. O reformismo petista se degenerou na política do grande capital, transformando-se em agente do imperialismo, e chegou a conformar juntamente com seus aliados uma quadrilha estatal.



Começam as manifestações de rua contra o governo

5. Disputa partidária no seio do Estado

A crise é fruto da luta interburguesa travada pelos partidos da oposição e o PT\Lula no interior do Estado. Começou com a exposição de um pequeno larápio dos Correios recebendo suborno. O PSDB e PFL tiveram a oportunidade de revidar as acusações, feitas pelos petistas no passado, de compra de votos pelo governo de Fernando H. Cardoso. Chegou o momento de desmascarar a honradez do PT e de seu governo. A previsão de invencibilidade de Lula nas próximas eleições poderia ser mudada. Eis o ponto central da batalha parlamentar e de informação travada em torno das CPIs do Congresso. A fração financeira do capital está muito bem com o PT\Lula. Setores industriais e comerciais estão de mãos dadas com o governo quanto à contenção dos salários e aos serviços prestados pelos sindicatos da CUT\Força Sindical. Exigem apenas respostas a problemas como carga fiscal, juros e direcionamento do orçamento. Como se vê, não há conflitos em torno da diretriz econômico-financeira de proporções que desencadeassem a crise política e os abalos ameaçadores ao mandato do Presidente. Observa-se então que não é mecânica a relação dos partidos com a classe burguesa ou, em particular, com suas frações. É certo que estavam fermentando elementos de conflito, mas a crise política se antecipou a tais condicionamentos. Está aí por

que não tem o menor sentido a defesa do PT de que estava em marcha um golpe da direita. Nem se fala mais sobre isso depois que as provas de tráfico da cúpula petista foram apresentadas. Mas é importante compreender as raízes do despedaçamento do governo Lula. Encontram-se na mais acabada integração do PT no Estado e nas suas relações com a oligarquia partidária.

6. Desmoralizar para derrotar

A burguesia e seus partidos de oposição temem o avanço das denúncias até ao Presidente Lula. O objetivo é desmoralizá-lo ao máximo, enfraquecer o apoio eleitoral da população e derrotá-lo no próximo pleito. O impedimento foi acenado como parte da guerra parlamentar contra o governo do PT. Mas não é o objetivo procurado. É uma arma guardada pelo PFL, principalmente. A demonstração de que o Presidente do PSDB Eduardo Azeredo foi um dos precursores do financiamento de campanha por meio de

Marcos Valério e que dele se beneficiaram mais de uma dezena de políticos, abrangendo o PSDB, PFL, PDT, PSB, PTB etc arrefeceu o ímpeto investigativo da oposição. Todos são sustentados por grupos capitalistas e todos usam o Estado para o tráfico. A crise entrou em uma fase de negociação. As revelações do arquiteto da campanha publicitária de Lula, Duda Mendonça, de que o tráfico tem proporções internacionais e a do presidente do PL Valdemar Costa Neto de que Lula estava a par das negociações eleitorais eram os dados legais de que o PFL e PSDB precisavam para o afastamento do Presidente. Mas ainda assim o afastamento continua sendo "o último recurso", como expressa um dos representantes da Igreja Católica, o bispo de São Carlos. O emaranhado da crise é tal que os partidos não controlam os acontecimentos. Não se sabe que outras revelações mais comprometedoras do governo poderão vir à tona. As denúncias contra o PT vieram de dentro da aliança governamental e envolveram o conjunto dos aliados. A exposição do presidente do PL passou a envolver tanto Lula quanto seu vice José Alencar. É um passo importante para colocar o governo ainda mais na dependência do PFL\PSDB (rodeados pelo PPS, PDT, P-SOL etc), que passam a deter com materialidade evidente a arma do afastamento. Certamente, vão negociar a saída. Os novos fatos vieram em seguida à sintomática "visita" do chefe do Tesouro norte-americano ao Brasil para dizer que a comunidade internacional está contente com o governo, que tem cumprido rigorosamente os acordos ditados pelo FMI. O trunfo de Lula nesse quadro de turbulência é o apoio do capital imperialista, que alicerça a escora de setores internos e limita a ofensiva da oposição contra o Presidente da República. A "guerra" contra o PT pode ir até onde o PSDB e PFL tiverem força. A reunião da CNBB, que criticou o fato do Presidente não se apresentar à nação suas explicações, mostra o afastamento

de uma importante força política pró-Lula. A oposição burguesa precisa alcançar maior unanimidade para dar o golpe de misericórdia no governo estatificado.

7. Desmantelamento do PT

Uma importante vitória, talvez decisiva, conseguida pelos grandes partidos da burguesia foi o desmoronamento material do PT, base onde se assentou a força de sua política eleitoral. Quanto mais se desmontar a estrutura de influência no aparelho do Estado, arquitetada por José Dirceu, e mais se estancar as fontes de financiamento, mais sufocado estará o PT e menos poder terá para disputar eleições. Esse feito é tão importante que o afastamento de Lula não tem tanta transcendência. Há um loteamento oligárquico do aparato estatal entre os grandes partidos burgueses (PSDB\PFL\PMDB), que tem por detrás a formação histórica do Estado, como expressão da economia semicolonial e da correspondente classe capitalista, loteamento que foi perturbado com a ascensão do PT, um partido não orgânico da classe dominante. Há consenso de que esse partido é “importante para a democracia”, mas como coadjuvante dos demais partidos dominantes. Importante enquanto controlar os sindicatos e movimentos sociais. Em grande parte, a vida do PT se deve ao caudilho ex-operário Lula. Reduzindo a capacidade financeira do aparato petista, seu caudilhismo enfraquecerá e poderá desaparecer no futuro sem grandes traumas. Esse caminho vem se delineando pela crise e pelas relações objetivas no poder do Estado e no âmbito das classes sociais.

8. PT dá as armas à oposição burguesa

É preciso repetir que o desmoronamento da direção do PT e o processo de sua reorganização resultaram do choque interburguês no seio do Estado. Nada tiveram a ver com a vida das massas. Estas foram arrastadas pelo reformismo a constituir um governo que não lhes pertence e que age até mesmo contra suas necessidades elementares. Os trabalhadores foram enganados com as bandeiras de reformas populares. O chamado de uma ala da esquerda petista de se voltar para os explorados só serve para acobertar o PT apodrecido e sustentá-lo como instrumento da burguesia contra a classe operária e dos camponeses pobres. A bandeira de retomar as origens – ao Manifesto de Fundação do PT – significa a defesa do reformismo, que é inviável e que cumpre um papel reacionário. O PT se afundou na política burguesa justamente por nascer como um partido reformista. Essa é a lição mais importante da bancarrota do PT e de seu governo. Não há como revitalizar o capitalismo, disciplinar a burguesia e acabar com a miséria e o atraso da maior parte da população. O PT, que acabou sendo conduzido por políticos da pequena burguesia, apoiados no caudilho Lula e na vasta burocracia sindical cutista, foi edificado sobre fórmulas como revitalização da economia, incorporação de uma vasta camada de “excluídos” no mercado interno e defesa da soberania nacional (resguardo dos interesses da burguesia brasileira). No início, como oposição, a direção pequena burguesa e o caudilho Lula puderam comparecer com o palavreado e as fórmulas programáticas do reformismo esquerdista. Com fra-seados e falsificações históricas, combateu a posição marxista



A UNE chama os estudantes a apoiarem o governo corrupto

de formar o partido proletário revolucionário. Aliou-se à campanha do imperialismo pela restauração capitalista na ex-União Soviética e usou a desintegração dos partidos comunistas estalinistas para combater o programa da revolução proletária. Condenou a ditadura do proletariado, confundindo-a proposadamente com a ditadura estalinista. Escondeu a ditadura de classe da burguesia e o fundamento burguês do Estado com a máscara da “democracia como valor universal”. E, finalmente, os falsificadores da história e manipuladores dos oprimidos assumiram a tarefa de exercer a ditadura de classe da burguesia e chafurdaram-se na podridão do capitalismo. As esquerdas petistas fizeram de tudo para levar o PT e Lula ao poder. Sempre souberam do rio de dinheiro injetado por capitalistas nas campanhas do partido. Agora continuam a defender o organismo canceroso e apodrecido. Há quem use a bandeira da IV Internacional (O Trabalho) para cobrir suas responsabilidades. E com ela age no sentido de recuperar o PT e o governo Lula. Retomam o conhecido slogan de volta às origens. Pretendem ficar com o espólio do PT, como se fosse possível eliminar as heranças do reformismo. Imputam a responsabilidade do apodrecimento do partido apenas ao “Campo Majoritário”, como se nada tivessem a ver com o financiamento capitalista ao PT. O que não importa se legal ou ilegal, se contabilizado ou não. O fundamental é que as esquerdas petistas não caracterizaram o conteúdo burguês do petismo e o ajudaram a iludir os trabalhadores. Por sua vez, dirigentes do campo majoritário, que dizem desconhecer a rede de financiamento montada por Delúbio e que se posam de enganados pela camarilha de José Dirceu, lançaram a bandeira de “refundar o PT”. Com a maior desfaçatez, fazem-se de inocentes diante das evidências de que o campo majoritário foi regado com a dinheirama, para se fortalecer inclusive externamente na politicagem burguesa e internamente em detrimento das demais correntes petistas. Para isso, esses dirigentes organizaram uma burocracia partidária venal. A corrente Articulação e seus aliados forjaram com sua política os arrivistas e os engenheiros da compra das alianças. O movimento por preservar o PT, seja com a bandeira de “refundação”, seja com a de volta às origens, é uma tarefa que se contrapõe à construção do partido revolucionário.

9. A posição do estalinismo parasitário

A defesa do PCdoB ao governo Lula é consequência da política do estalinismo, que identifica um setor “progressista” da burguesia, disposto a defender a soberania do País, a desenvolver de forma independente a economia nacional e a efetuar reformas populares. É bom lembrar que, no nascimento do PT, João Amazonas, histórico dirigente estalinista, considerou o trotskismo um dos agentes da construção de um partido social-democrata. Em pouco tempo, o versátil PCdoB identificou o PT como fator progressista e instrumento da frente popular. Fez do caudilho Lula centro de suas atenções. Parasitou as frentes com o PT para alcançar postos no parlamento. Compôs o governo Lula, articulando sua política parlamentar. Conchou com os mais reacionários pontífices da oligarquia, do tipo Antônio C. Magalhães. Aprovou a montagem de um ministério, cuja linha central era e é a de proteger o grande capital nacional e internacional. Atuou em consonância com ministros e homens de estado abertamente identificados como corruptos. No quadro da crise, foi destituído do cargo de articulador do governo, para atender a reforma ministerial favorável à oligarquia do PMDB e bandidos aliados. Não teria a menor importância essa trajetória previsível do PCdoB se não fosse o fato de controlar a UNE\UBES. Juntamente com a burocracia da CUT e do MST, vem defendendo o governo que cai de podre. Para o PCdoB, não é o PT e seu governo que se atolaram no pântano da política burguesa, mas é a direita que quer dar um golpe. Falsifica a realidade para manter seus postos no governo ou os favores concedidos pelo Estado. O estalinismo realiza mais uma experiência de adaptação ao capitalismo, agora parecendo sem atenuantes como uma corrente parasitária.

10. Por que o MST se alia à CUT e UNE em defesa de Lula

O apoio da direção do MST a Lula, sob a figura de João Pedro Stédile, é um grande erro que comete contra os camponeses e demais oprimidos. E não é por insuficiência de compreensão. Conseqüente com o objetivo de obter assentamentos por meio do Estado, o MST teve o PT como instrumento estratégico. O seu núcleo dirigente se orienta pelo castro-guevarismo. Não tem, portanto, o proletariado como a classe revolucionária capaz de resolver o problema da terra em aliança com os camponeses oprimidos. O castro-guevarismo parece como uma variante do nacionalismo e do reformismo. No caso, o MST expressa a defesa da pequena propriedade da terra. O socialismo apregoado como uma esperança, um sonho de liberdade e uma utopia é de conteúdo pequeno-burguês, aspiração camponesa da pequena propriedade agrária. É-lhe inconcebível a tese de que só o proletariado, dirigindo a maioria oprimida, poderá apropriar os latifundiários, por meio da revolução social. O castro-guevarismo combate esse pressuposto, rejeitando a real solução que é a transformação da propriedade privada capitalista em propriedade social, coletiva, socialista. Essa é a razão essencial do MST servir de instrumento do PT e de apoiar o governo petista até hora da morte. A tese de um governo democrático e popular do reformismo coincide com a do castro-guevarismo. A direção do MST trabalhou por essa estratégia e confiou que o governo Lula desse resposta mais avançada



Esquerda petista está desorientada

da que os governos anteriores. Ocorreu o contrário, o movimento camponês limitou sua campanha de ocupação. Permitiu que o governo do PT\Lula reduzisse o ritmo dos assentamentos e que os latifundiários continuassem a assassinar ativistas do movimento camponês, sem responsabilizar os petistas no poder. A união do MST com a burocracia da CUT e com os estalinistas da UNE para defender Lula resulta da política castro-guevarista.

11. O lugar da CUT no governo PT\Lula

A burocratização e estatização da CUT acompanham a trajetória do reformismo petista. As organizações sindicais do proletariado, em grande parte, serviram de instrumento para viabilizar o PT, inclusive financeiramente. E continuam a servir frente à crise. Evidenciou-se a íntima ligação da CUT e seus sindicatos com o petismo. O fenômeno geral da estatização dos sindicatos na época do imperialismo tem a particularidade, no Brasil, atualmente, de ocorrer em grande medida sob a política do PT. A fração do sindicalismo não petista, a segunda em importância, comandada pela Força Sindical, está com o PDT e outros partidos da burguesia. A burocracia que se constituiu após o regime militar, condicionada à democracia burguesa, vale-se de um milionário orçamento proveniente do imposto sindical. Reproduz nos sindicatos as relações promíscuas da sociedade burguesa. A burocracia constituiu uma casta de privilegiados e arrivistas. Quase em sua totalidade, as direções sindicais estão envolvidas na política burguesa. O PT formou uma escola de corrupção sindical. Não por acaso se aproximou do sindicalismo patronal e totalitário da Força Sindical. E passou a reproduzi-lo. A burguesia começou a ter apreço pelo PT no momento em que este evidenciou as condições de tornar os sindicatos correias de transmissão da política de colaboração de classe. Conforme os burocratas mostravam capacidade para manejar posições favoráveis à contenção da luta de classe, ganhavam projeção na política burguesa e se tornavam parlamentares, assessores, administradores etc. O PT potenciou a cooptação de um enorme contingente de diretores sindicais e cutistas pelo Estado. O sindicalismo pelego tem sido um viveiro de quadros para compor a política burguesa e materializá-las nas bases dos trabalhadores. Não há como a classe capitalista

organizar sua política no interior do movimento operário e popular sem formar serviços que venham do seio dos próprios explorados. A compra de parlamentares e financiamento de campanhas por todos os meios possíveis é um fenômeno intrínseco ao Estado e à política dos exploradores, mas a formação da burocracia sindical e sua corrupção é um fenômeno imposto de fora às organizações dos assalariados. O apoio da CUT, MST e UNE ao governo atolado na política do grande capital indica o grau de comprometimento de suas direções com a estatização das organizações de massa.



Choro de Lula não engana mais ninguém...

12. Fim do ciclo histórico do PT

O PT e sua burocracia sindical constituíram e constituem um poderoso obstáculo para a independência política e organizativa dos explorados. Alimentam as ilusões eleitorais, as soluções governamentais e o colaboracionismo. Atacam a via revolucionária de responder à exploração do trabalho, ao desemprego e à fome. Mas a experiência com o reformismo chegou a um ponto que indica seu declínio. Historicamente, o PT esgotou seu ciclo, com seu governo trocando o programa de reformas do capitalismo semicolonial pelo programa do imperialismo. É claro que a burguesia irá sustentá-lo politicamente o quanto puder. As esquerdas petistas e não petistas, que formularam uma estratégia para o reformismo (governo dos trabalhadores e variantes), mostraram desconhecer a tarefa de construir o partido-programa. Ou estão perdidas como correntes do PT, ou como oposição fora do PT se negam à autocritica por terem se afastado da tarefa de constituir o programa da revolução e ditadura proletárias. As correntes que levantam a bandeira de "construir uma alternativa" ao PT revelam sua dependência passada ao reformismo petista e aos métodos eleitorais da democracia burguesa. Nem para efeito didático tem sentido essa bandeira. A formação do partido revolucionário se dá pelo Programa de Transição, da IV Internacional, aplicado às condições históricas do País. Não se impõe como alternativa ao fracasso do reformismo. Ao contrário, o programa proletário tem historicamente o reformismo como instrumento da burguesia. Desde os primórdios do marxismo, as teses reformistas foram combatidas. Em sua trajetória, puderam expor sua impotência, chegando à fase do capitalismo imperialista como agente do grande capital internacional. O reformismo petista colocou-se a tarefa de independência nacional do Brasil semicolonial, ajoelhou-se sem ter esboçado o mínimo de resistência perante os amos imperialistas. No passado, o estalinismo (PCB) se decompôs sob a estratégia da revolução democrática encabeçada pela burguesia nacional. Tornou-se instrumento do nacionalismo. Suas teses mostraram-se inúteis com o esgotamento do ciclo nacionalista, iniciado em 1930 e concluído em 1964, com o golpe militar. A oposição de esquerda trotskista dos anos 30 não foi capaz de constituir o programa no seio do proletariado. É sobre os escombros do estalinismo e a ausência do partido marxista-leninista-trotskyista que se ergueu o PT reformista. Arrastou todas as correntes que se reivindicavam da constru-

ção do partido socialista. No transcurso do PT, foram se adaptando ao reformismo, negando-se a defender a estratégia da revolução proletária e elaborando uma estratégia de poder para o PT (governo dos trabalhadores), pela via eleitoral (vote no PT, por um governo dos trabalhadores ou vote em Lula, por um governo da cidade e do campo). O fundamental dessa síntese, no momento em que o PT afunda, é expor a tese de que a luta pelo programa da revolução proletária se distingue de todas variantes esquerdistas e se ergue conseqüentemente contra o reformismo petista.

13. Comprovação das posições do POR frente ao PT

A crise do PT tem a virtude de comprovar as teses marxistas de inviabilidade do reformismo em nossa época e sua transformação em pró-imperialismo. Também de apresentar sua verdadeira face diante dos trabalhadores: um partido corrompido pelo capital. Facilita o combate à burocracia sindical. Traz à luz do dia a defesa da independência das organizações sindicais e dos movimentos. Testa mais a fundo as posições das correntes de esquerda frente ao reformismo, à democracia burguesa e aos partidos da ordem. E demonstra o oportunismo e a claudicação, no passado recente, da esquerda democratizante frente ao PT e ao caudilho Lula. O turbilhão dos acontecimentos arrasta as esquerdas por detrás da luta partidária interburguesa. Ou se colocam na defesa do governo Lula, ou no campo da oposição burguesa. As bandeiras de apuração da corrupção e punição dos corruptos pelo Estado as fazem confluír com a campanha do PSDB\PFL\PDT\PPS\ e alimentam a ilusão no parlamento e na justiça. A frente de denúncia com o PDT, PPS e PSol favorece a oposição burguesa. Particularmente, o PSol está metido nas CPIs, que servem ao PFL e PSDB, não só para combater o PT mas também para acobertar seus próprios crimes. O PSTU se meteu nessa frente e age no sentido de exigir que o Ministério Público investigue o Presidente Lula. Por essa via, não se trava a luta independente dos trabalhadores e da juventude. Trata-se de denunciar os crimes não só do PT, mas de todos partidos que compõem o poder do Estado. A podridão do PT e de seu governo serve para mostrar que é preciso derrubar o poder da classe capitalista. O ponto de partida da organização das manifestações é a defesa das reivindicações da classe operária e demais explorados. O crime mais importante do PT foi o de ludibriar os famintos, com as promessas de acabar com a fome. A resposta é sair às ruas em defesa da escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital calculado pelas assembléias dos explorados, terra aos camponeses, educação e trabalho para toda juventude, fim das reformas neoliberais e expulsão do imperialismo. Por esse caminho, coloca-se a bandeira de apuração, por um tribunal popular, dos crimes do PT\PSDB\PFL e demais. Esse combate se dá sob a estratégia de um governo operário e camponês, da revolução proletária.

O MST e a crise política

O apoio do MST a Lula mostrou falta de independência frente ao Estado. A noção de governo aliado esconde o conteúdo de classe desse governo. A reivindicação de mudança da política econômica, por si só, mostra que os “aliados” do MST desfazem as ilusões reformistas e nacionalistas da direção do MST.

O governo PT/Lula aplica a política do imperialismo. Que sentido tem o MST reclamar do fato de seus aliados petistas não cumprirem o programa de reformas prometido - a exemplo da reforma agrária, via assentamentos?

Na revista “Sem Terra”, julho/agosto, propõe-se: “Uma alternativa para assegurar a governabilidade e estancar a perda de apoio na sociedade, seria tentar recompor as alianças com os movimentos sociais, com as forças populares e de esquerda – com setores, enfim, que constituíram o PT e participaram da caminhada que levou Lula à Presidência da República.”

O governo PT/Lula apodreceu na política burguesa, recompôs os ministérios contra o apregoado na “Carta aos Brasileiros” da CUT/MST/UNE e mantém a diretriz do grande capital, mesmo assim a direção dos sem-terra propõe “assegurar a governabilidade”, recompondo “as alianças. A defesa do moribundo pelo MST contrapõe-se à causa dos camponeses pobres.

Há, sem dúvida, uma explicação para essa conduta. A direção do MST esteve empenhada na ilusão da possibilidade do PT reeditar as teses do nacionalismo pequeno-burguês, que estiveram presentes no governo João Goulart – lembremos das reformas de base a ser levada adiante por um governo de desenvolvimento nacional. Prova isso quando explica, na referida revista, que, para recompor a aliança de forças que esteve com Lula, é preciso “abandonar o modelo econômico neoliberal, apostar num programa para as majorias e recompor o governo com novo perfil de esquerda social e popular”.

Não se quer reconhecer que o PT chegou ao governo federal com apoio de setores do capital, que se acomodou às pressões do imperialismo antes mesmo de chegar ao poder e que as esquerdas pró-PT fizeram parte dessa conjunção. No momento que o governo petista mostrou que a “Carta aos Brasileiros” (na verdade, carta ao imperialismo) era para valer, as esquerdas reformistas justificaram que era um governo em disputa.

O que particularmente o MST esperava? Que o PT/Lula servisse para realizar “um projeto de desenvolvimento nacional”, nos moldes de seu inspirador Celso Furtado?

Espatifou o governo em disputa, em todos aspectos carcomido pela corrupção. O argumento para o MST se unir à burocracia fisiológica da CUT e aos estalinismo - parasitário do Estado -, que comanda a UNE, foi o de que estava em curso um golpe de direita. Portanto, havia de defender Lula, que por suposto expressa um governo de esquerda.

Essa diferenciação mostra que o conceito de esquerda manejado pelos reformistas não condiz com a caracterização de classe do governo. O que se esperava do caudilho Lula e seu partido era que fizesse um governo de esquerda. Um conceito elástico, por isso mesmo utilizado pelas mais variadas tendên-

cias do reformismo, com filiações distintas – estalinismo, maoísmo, castro-guevarismo. Mesmo correntes auto-intituladas de trotskistas, absorvidas pelo petismo, se valem dessa elasticidade.

O que almejavam com o PT/Lula era um governo de reformas no capitalismo. Se assim tivesse ocorrido, o País teria no seu comando um governo burguês nacional-reformista, portanto diferente de um governo do capital monopolista e do capital internacional financeiro. Em referência ao governo burguês nacional reformista, seria burguês de direita. Mas o governo Lula tem correspondido aos interesses do grande capital. Apoiá-lo contra os ataques do PSDB/PFL/PDT/PSol, que se unem motivados pelo escândalo de corrupção e que esperam tirar proveito eleitoral, com a reivindicação de mudar o modelo neoliberal pelo modelo de desenvolvimento nacional, não significa defender um governo de esquerda, mas sim um governo do grande capital apodrecido nos porões do Estado.

O governo Lula não é um governo reformista, que esteja atendendo as reivindicações dos operários, camponeses, juventude e demais oprimidos, e que por isso enfrenta o fogo do imperialismo, dos latifundiários, dos industriais etc. Se isso é tão evidente, porque então a direção do MST se pôs a defendê-lo? Certamente, não é por razões ideológicas. Mas sim devido a relações financeiras do MST com o Estado, sustentadas pelo governo PT/Lula. A idéia de um governo de esquerda se projeta concretamente nesse tipo de relação.

Não há como se ter no capitalismo em decomposição mundial, com seus reflexos particulares no Brasil semicolonial, um governo burguês de esquerda que coloque em prática “um projeto de desenvolvimento nacional”. A direção do MST e a maior parte das esquerdas trabalharam para que o PT fosse o instrumento desse objetivo nacional reformista. Não querem admitir - e não podem fazê-lo - que o desastre infame do PT significa o fracasso da estratégia do “governo democrático e popular” e da tática de alianças no “campo democrático”. Estratégia e tática elaboradas para o programa de “desenvolvimento nacional”, cujo conteúdo essencial era o de reformas capitalistas e de soberania frente ao imperialismo.

As várias correntes do reformismo tem em comum defender em abstrato o socialismo ou “a sociedade mais justa e mais igualitária”. Mas no concreto fazem das reformas o objetivo estratégico. Eis por que consideram sectária a defesa do programa da revolução proletária e a tática de independência frente a toda variante da política burguesa, que inclui o reformismo.

Presenciamos a inexorável lei da história, que se manifesta concretamente na política, que o capitalismo na sua fase monopolista não permite reformas em favor das massas. Partidos, organizações sindicais e movimentos colocados sob a direção do reformismo terminarão por servirem à sustentação da sociedade de classe. Inevitavelmente essas direções apodrecerão nas relações capitalistas e na política burguesa.

Está aí a enorme importância da luta pela independência e pela democracia operária das organizações e movimento dos explorados.

Manifesto à marcha em Brasília (17/08)

Aos trabalhadores e à juventude

Um tribunal popular contra os crimes da burguesia

O PT e seu governo fazem parte das quadrilhas burguesas que controlam o Estado. Não há nada mais a ser comprovado. O problema está em que a classe operária, os camponeses e a juventude oprimida não têm independência para lutar por um governo próprio. Os sindicatos, CUT, UNE e MST estão sob a direção do petismo. Expressam a política do reformismo apodrecido, oposto à política do proletariado. E o partido revolucionário ainda é embrionário. Sem o partido proletário, prevalece a disputa dos partidos burgueses contra o PT decomposto. E as correntes de esquerda se mostram adaptadas às soluções vindas do próprio Estado.

É preciso rejeitar:

1. Que a corrupção do PT\Lula se limite a este partido e que é de responsabilidade de uma banda podre;
2. Que a corrupção não é inerente ao Estado e ao regime político burguês;

É preciso defender:

1. Que o PT se corrompeu na política burguesa, fazendo o mesmo que todos partidos;
2. Que o governo Lula expressa as relações político-sociais da burguesia no Estado, instrumento de domínio capitalista sobre a maioria oprimida;

A resposta ao apodrecimento do PT\Lula e à disputa da oposição burguesa (PSDB\PFL\PDT\PPS etc) é constituir um TRIBUNAL POPULAR para:

1. Julgar os crimes do PT e de seu governo contra a maioria trabalhadora;
2. Julgar de conjunto os crimes da burguesia e todos seus partidos contra o País e a vida dos que produzem;
3. Organizar a luta dos operários, camponeses e juventude contra a exploração, a opressão de classe e nacional (imperialis-

O PSOL está mergulhado nas CPIs, um antro de quadrilheiros, como sempre foram. O PSTU entrou "no Ministério Público com uma representação pedindo uma investigação sobre o presidente Lula". Comprometem assim a manifestação de Brasília, colocando-a sob a bandeira de investigação pelo Estado.

Para agravar, a manifestação é convocada por uma frente com partidos burgueses, como o PDT, PPS e PV. Todos eles são fisiológicos e sobrevivem à base de cargos no Estado e de dinheiro da burguesia. Imprimem ao movimento o ilusório objetivo de investigar, punir, moralizar o Estado e fortalecer a democracia dos capitalistas.

3. Que é preciso conter a corrupção em defesa da democracia;

4. Que a pressão popular fará com que os responsáveis sejam punidos pelo Estado

3. Que a democracia é um instrumento da classe capitalista para manter seu regime de exploração e opressão;

4. Que subordinar o movimento ao Congresso e à Justiça é alimentar a ilusão de que essas instituições não são controladas pelos partidos da burguesia.

Os trabalhadores e a juventude devem intervir na crise com independência frente à disputa interburguesa no Estado

Os partidos de oposição, principalmente o PFL, levantaram a possibilidade de "impeachment" de Lula. O PSTU acha que é prematuro, mas que poderá colocá-lo. Dizemos: o "impeachment" é uma solução dos partidos burgueses. Não corresponde à política do proletariado. Somente os trabalhadores nas ruas poderão varrer o governo do PT\Lula. A estratégia defendida pelo POR é a do governo operário e camponês.

Devemos rechaçar tanto a defesa de Lula como a sua destituição pelo Parlamento e Justiça. É preciso intervir na divisão interburguesa e na crise de governabilidade para sair às ruas em defesa das reivindicações dos explorados.

A bandeira da CUT\UNE\MST de modificar a política econômica do governo é uma máscara de apoio a Lula.

O que se coloca é a defesa do salário mínimo real calculado pelas assembleias, o fim do desemprego por meio da escala móvel das horas

ta) e os crimes da burguesia.

4. Defender a independência e a democracia proletárias das organizações sindicais, populares e movimentos frente ao Estado e à política patronal;

5. Impulsionar a ação direta e unidade da maioria oprimida, sob a direção do proletariado.

de trabalho, recomposição de todas as perdas dos assalariados, entrega das terras aos camponeses com a desapropriação sem indenização dos latifundiários, trabalho e educação pública e gratuita a todos os jovens em todos os níveis, expulsão do imperialismo, não pagando as dívidas externa e interna e rompendo todos acordos impostos pelas potências e independência do País. Somente um levante dos explorados do campo e da cidade poderá pôr em pé um Tribunal Popular para combater de conjunto os crimes da burguesia e de seus partidos contra o País e os explorados.

PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
CORRENTE PROLETÁRIA DA EDUCAÇÃO
Brasília, 17 de agosto 2005

Crise política:

As manobras da oposição burguesa e os ziguezagues da esquerda

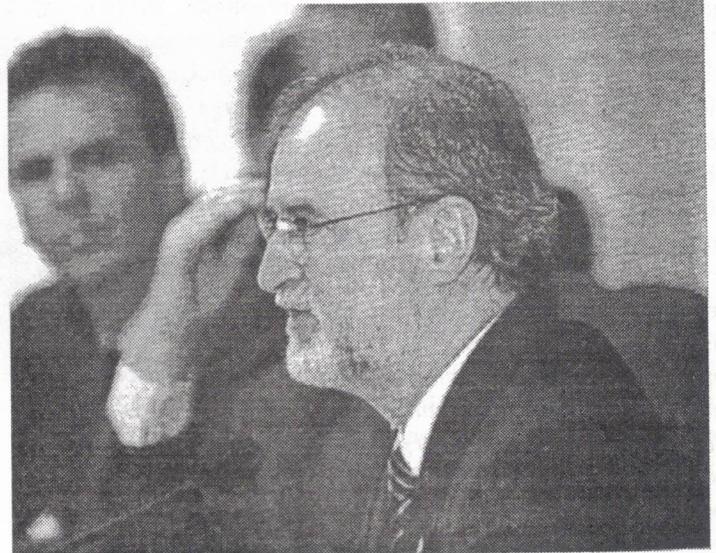
As revelações de que o PT se envolveu com doleiros, contraventores do jogo e o tráfico de licitações para financiar a campanha presidencial de Lula reavivaram a ameaça do "impeachment". A ligação do enriquecimento de seu filho com a utilização de benefícios estatais e o empréstimo do PT a Lula voltaram a compor a moldura de envolvimento do Presidente. Mas a bandeira do "impeachment" continua a ser apenas uma advertência e uma arma da oposição burguesa.

O PFL exorta a figura do impedimento para testar a disposição da classe média em dar o golpe de misericórdia no governo petista. O PSDB, por sua vez, recomenda cautela com o caos da crise. As organizações empresariais consideram que não há ainda fundamentos jurídicos e condições políticas para mandar Lula para casa. A reunião da CNBB, importante instrumento da política burguesa, aconselhou prudência, na linha do PSDB. O PDT, por meio da Força Sindical, tomou iniciativa de contestação de rua, mas se conteve nas denúncias e exigência de punição. Frente a esses pronunciamentos, o PFL se recolheu e espera novas revelações.

O fato é que todas essas forças oposicionistas levam em conta a inexistência de um movimento pró-impeachment, que conte com apoio da população, a diretriz econômico-financeira aprovada por banqueiros internos e pelo imperialismo, e indicadores favoráveis aos negócios do capital.

Neste exato momento, a delação de Rogério Tadeu Buratti contra o todo poderoso Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, começa a ter as primeiras repercussões. E reaquece o processo do assassinato do prefeito petista Celso Daniel, de Santo André. O pronunciamento do ex-presidente FHC de que todo cuidado é pouco com as revelações do submundo do crime mostra que há um acordo para evitar que o fogo atinja a sede do governo e a crise política chegue ao seu auge.

O caminho traçado, por enquanto, deve ser o do PSDB. Manter o governo Lula em suas mãos, quebrar seus ossos e deixá-lo sem condições de qualquer disputa eleitoral. O PMDB faz o jogo duplo. A ala governista fez um pronunciamento, por meio de José Sarney, de defesa da inocência de Lula. Repercu-



Azeredo: as denúncias do mensalão atingem o PSDB

tiu como uma tentativa de pôr limites à ofensiva do PFL de condenar Lula. Esses movimentos da oposição e do PMDB "aliado" demonstram que o PSDB conduz o processo.

É fundamental para a burguesia que a crise não se transforme em divisões que arrebatem as massas e se espalhe entre a população oprimida. Esse é objetivo, mas não se sabe se será possível manter a disciplina traçada pelo PSDB.

Qual é a posição do partido revolucionário? Compreender a fundo a divisão interburguesa dos partidos, denunciar as tentativas de arrastar os trabalhadores e a juventude por detrás dessa divisão, defender a independência dos explorados e lutar pelas bandeiras do proletariado. A bandeira de um Tribunal Popular coloca a via da independência e o combate ao governo e ao conjunto dos partidos burgueses nas mãos dos explorados.

O "impeachment" é uma arma da oposição burguesa. Deve ser denunciada como tal, assim como denunciemos as CPIs como criatura das quadrilhas que se digladiam no Estado.

A crise do PT\Lula revela o oportunismo das esquerdas

I. O "Fora Todos", greve geral e investigação de Lula pelo Ministério público.

As bandeiras acima são defendidas pelo PSTU. "Opinião Socialista" (10\8) estampa: "PSTU pede investigação de Lula ao Ministério Público". Argumenta que "a CPI chapa-branca até agora nem sequer cogitou da possibilidade de investigar Lula, assim como a própria imprensa recuou de investigar fatos já publicados sobre o presidente, que, por milagre, saíram do noticiário".

Essa contestação à CPI e à imprensa mostra a pequenez das análises e da política do PSTU.

A CPI foi imposta contra a vontade do PT e aliados. O go-

verno depois tentou controlá-la, não conseguiu. A frente PSDB\PFL\PDT\PPS a tornou instrumento parlamentar de combate ao PT\Lula. O PSol, apesar das diferenciações, integrou a frente oposicionista de investigação.

É falso que a não investigação a Lula se deve ao fato de que a CPI seja "chapa branca". A imprensa baba atrás de provas contra Lula, mas tem de se limitar à ação e aos objetivos da frente oposicionista comandada pelo PSDB\PFL. A decisão de recorrer ao Ministério Público, na verdade, expressa as contradições do centrismo frente ao parlamento. Sempre defendeu as CPIs como instrumento de política revolucionária (o mesmo fez o conjunto das esquerdas), exigência feita ao PT em sua disputa com o governo FHC.

O PSTU, para não apoiar a CPI contra o governo Lula, primeiro considerou-a limitada e depois tornou-a “chapa branca”. Esse jogo não evitou que o PSTU recorresse ao Estado para exigir investigação contra Lula.

Para que encontrar provas contra o Presidente, sob investigação do Ministério Público? O resultado serviria ao PFL\PSDB, que teriam mais fundamentos para negociar o “impeachment”. Há um outro aspecto: a representação ao Ministério Público como alternativa à CPI é uma farsa. Essa instância não é independente do governo e do parlamento. Expressa a correlação de força dos partidos e as influências das organizações civis da burguesia. Exigir investigação do Ministério Público é confiar ao Estado a solução da crise.

Não é por simples desatino que o PSTU tem o “impeachment” como horizonte. No editorial do mesmo “Opinião Socialista”, diz: *Quando nos perguntam se estamos a favor do impeachment de Lula, nós dizemos que ainda não, essencialmente por um motivo: um setor importante da classe trabalhadora e da juventude ainda acredita em Lula e seu governo.* Como se vê, o PSTU é suscetível às pressões da divisão interburguesa e coloca a possibilidade de apoio a essa solução burguesa da crise - o impeachment.

O argumento de que ainda não há condição para o impeachment devido não expressar a vontade da população é a mesma do PSDB.

Essas posições do PSTU devem ser rechaçadas como estranhas à política do proletariado.

No ato do dia 17, em Brasília, o PSTU trocou o oportunismo pelo ultra-esquerdismo. Não se referiu à investigação de Lula pelo Ministério Público e levantou a bandeira de “Fora Todos” e greve geral. Não tem o menor sentido prático, na atual situação das classes, propor a derrubada do Estado. É o que propõe o PSTU com todas as letras: “É preciso construir uma nova alternativa, a partir da mobilização direta dos trabalhadores e da juventude, apontando para uma greve geral no país, rumo à construção de um governo verdadeiramente dos trabalhadores, que apoiados na mobilização (e não no parlamento), derrote a burguesia e aplique um plano econômico dos trabalhadores, apontando para o socialismo”.

Pura fraseologia, que traz a ilusão numa revolução democrática que aponte para o socialismo. Mas o fundamental, perante a crise do PT\Lula, é que não há tendência das massas para uma greve geral. O que não ajuda a combater as ilusões dos oprimidos na democracia burguesa.

2. Plebiscito

O PSol defende que só o povo pode julgar Lula, que o parlamento está comprometido com a corrupção e que só “uma nova eleição geral livre e democrática” permitirá uma solução positiva. Considera que a crise abriu possibilidades para “conquistas democráticas”. Ou seja, “proibição de financiamento privado e com direito às organizações sociais e populares apresentarem candidatos” e com isso “o imediato reconhecimento do PSol”. Defende para isso um abaixo-assinado em que a população reivindique ao Parlamento e ao governo um plebiscito, que diga se o governo e esse congresso devem permanecer ou mudados por meio de eleições gerais.



Campanha do “Fome Zero”: foi o Duda que fez...

Vemos que, no fundo, sua bandeira é “Fora Todos”, a mesma do PSTU, com a diferença que em vez da greve geral propõe um abaixo-assinado. É evidente o democratismo pequeno burguês, típico do reformismo petista.

Quase toda esquerda critica e rechaça o oportunismo dessa posição. Mas esconde o fato de que o PSol se encontra na mesma trincheira do PSDB\PFL\PDT\PPS combatendo o PT\Lula na CPI, com o objetivo de investigação por ela. O PSol, se fosse marxista, usaria a CPI como tribuna para denunciar todos eles e chamar as massas a constituírem um Tribunal Popular.

Diz que o Congresso não tem autoridade para afastar Lula, mas reconhece as CPIs. Mesmo assim os críticos do plebiscito propõem frentes ao PSol. Particularmente, o PSTU se empenha para que o PSol tome assento na direção da Conlutas, sem exigir que denuncie e rompa com a CPI das quadrilhas.

Está evidenciado o lugar do PSol na luta de classe. É uma variante das esquerdas petistas, adaptada ao parlamento. As posições da democracia pequeno-burguesa se contrapõem à construção do partido da revolução e ditadura proletárias.

3. Assembléia Constituinte Livre e Soberana

“Palavra Operária” é uma corrente recém-criada no Brasil pelo PTS argentino, vem do tronco morenista (Nahuel Moreno), ao qual também pertence o PSTU. “Palavra Operária” é o filho pródigo de Moreno, o qual procurou revisar o Programa de Transição de Trotsky e constituiu uma corrente internacional centrada. Em sua essência, abandonou a estratégia da revolução e ditadura proletárias e se afastou da concepção leninista do partido.

O maior adversário para o morenismo é o POR boliviano, que sustenta um programa testado pelos acontecimentos revolucionários e contra-revolucionários na Bolívia. Por isso mesmo, “Palavra Operária” carrega a difamação morenista de que o POR traiu a revolução de 52, apoiando o nacionalismo.

Mas dessa difamação trataremos em outro artigo (nesta edição). Essa breve referência é necessária porque “Palavra Operária” é desconhecida, não temos polemizado com suas posições e porque pretende se construir como partido.

Frente à crise do governo Lula, formulou inicialmente a seguinte orientação: “Nenhuma confiança na CPI, Impulsionar já

uma Comissão de Investigação Independente". (Palavra Operária de junho). Por que uma Comissão Independente? Porque "Palavra Operária" considerava a CPI em formação "chapa branca".

Diz: "A CPI é instalada e o governo utiliza seu peso parlamentar para conformar uma CPI totalmente "chapa branca" com o presidente e o relator aliados do governo e de José Dirceu." Conclui: "O mais urgente, e primeiro passo independente que é necessário dar é impor uma Comissão de Investigação Independente dos trabalhadores e do povo organizada pelos setores antigovernistas."

Os antigovernistas vão das dissidências do PT, passa pelo PSol e chega ao PSTU. Assim "Palavra Operária" inicia suas formulações por uma Comissão Independente a ser convocada pelo PSol, PSTU, Núcleos de Ação e Reflexão Socialista (NARS) e outras dissidências do PT.

Palavras morenistas: "Nesse sentido, defendemos a formação urgente de uma Comissão de Investigação Independente constituída pelos parlamentares do PSol, sindicalistas combativos da Conlutas e da Frente de Esquerda Socialista da CUT, organizações democráticas, estudantis e populares independentes do governo, do PT e da oposição burguesa".

O que são os Núcleos de Ação e Reflexão Socialista? Constitui-se da cisão encabeçada por uma ala da teologia da libertação, criticada diplomaticamente pela "Palavra Operária" de "ficarem no meio do caminho" da tarefa de "construção de uma alternativa real e classista para as massas".

Os novos morenistas querem consertar o inconsertável. É com essa arma que "Palavra Operária" pretendeu se contrapor à CPI "chapa branca" e constituir uma "frente anti-governista e anti-burocrática". Tal resposta é um verdadeiro disparate, que reflete a política oportunista de se aproximar das dissidências do PT com bons conselhos e críticas supérfluas. É o que sempre fez o morenista PSTU para crescer.

Palavra Operária pôs de lado a bandeira de "Comissão Independente", convocada pelo PSol, PSTU, ex-petistas etc e salta para "uma Assembléia Constituinte Livre e Soberana". Acredita que "frente à grave situação em que vivemos, estão dadas todas as condições para uma saída de esquerda e classista para a atual crise". Trata-se de uma avaliação subjetiva, que serve à formulação oportunista da Constituinte.

A iniciativa política está com a oposição burguesa, as massas continuam sob controle dos aparatos do PT (CUT) e do PDT (Força Sindical) e esquerda a que se refere Palavra Operária não têm penetração na maioria explorada. Não é por acaso que não se faz uma análise concreta da crise e não define seu caráter.

A Constituinte é sacada do arsenal do PTS argentino como panacéia, que serve tanto à Bolívia quanto ao Brasil. Está colocada como saída democrática de esquerda.



Lavagem de dinheiro: dólares que vão das cuecas até as Cayman

Reconhece obviamente que não há possibilidade de "derrotar a burguesia, tomar o poder e instaurar uma República Soviética Operária". Mas que é possível um movimento, encabeçados pela CUT\MST, para "impor uma Assembléia Constituinte Livre e Soberana, com milhares de deputados eleitos, que garanta a investigação e a punição dos corruptos, revogação das reformas e leis anti-populares e que resolva os problemas mais estruturais do país". E ainda: "Com eleição de milhares de deputados proporcionais à população que garanta às massas impor sua força e decidir sobre as medidas necessárias para sair da crise". Ou seja, alimenta a ilusão

de que pela via eleitoral as massas podem "impor pela força" ou "decidir" contra a burguesia.

Atribui ainda à Constituinte: "E o fundamental a realizar por uma Assembléia Constituinte como esta seria o ataque à propriedade privada dos meios de produção, isto é, das fábricas e terras, para colocá-los nas mãos dos verdadeiros produtores (...)".

Palavra Operária formula tarefas revolucionárias para a Constituinte, que para realizá-las o proletariado tem de liderar uma revolução de maioria nacional, sob a aliança operária e camponesa. Mas quem a convocará? Para os novos morenistas a CUT e o MST. "A convocação de tal assembléia só poderá ser uma imposição do movimento operário e do conjunto de suas organizações como os sindicatos, a CUT e o MST, que deveriam romper com o governo Lula e organizar uma ampla mobilização pela sua convocação". Por si só, essa resposta mostra o quanto fora de lugar e absurda é posição do novo morenismo, que tem a estratégia da ditadura do proletariado como enfeite.

A crise do governo PT\Lula não trouxe a necessidade de que "as massas façam uma experiência dos limites da democracia burguesa", como pressupõe "Palavra Operária". Pretende, na verdade, antecipar-se a algumas vozes da burguesia, como a do governador Rigotto (PMDB) do Rio Grande do Sul, que acenam com uma Constituinte para superar a crise.

A experiência que o proletariado e demais explorados estão fazendo com a democracia burguesa é a do fracasso do reformismo e do colaboracionismo das direções petistas\estalinistas, que controlam a maior parte dos sindicatos e a CUT. Começam a ver que são responsáveis pelo desemprego, salário mínimo de fome, miséria dos camponeses e opressão sobre a juventude trabalhadora.

O proletariado atuará como força oposta ao governo PT\Lula e ao conjunto da burguesia partindo de suas reivindicações vitais, da luta camponesa pela terra e das bandeiras anti-imperialistas. Juntamente, coloca-se a defesa de constituição de um Tribunal Popular, para combater os crimes do PT\Lula e da burguesia.

Rondônia

Reproduzimos abaixo trechos do Manifesto divulgado pela Corrente Proletária da Educação no Estado de Rondônia como parte da campanha contra a repressão sofrida pelos estudantes, professores e militantes dos movimentos sociais.

Combater a violência reacionária da burguesia com a violência revolucionária, organizando a unidade de todos os explorados

A Alunos da Universidade Federal de Rondônia - Unir, compreenderam não ter o que comemorar no dia do estudante e junto ao DCE organizaram uma manifestação bloqueando a Br 364 em frente a universidade. Os manifestantes queimaram pneus, formaram correntes humanas e estenderam faixas chamando o fora Lula, fora Cassol (governo do Estado) e fora Carlão de Oliveira (presidente da Assembléia Legislativa) e outra faixa que defendia a organização de um movimento estudantil revolucionário.

As palavras de ordem foram iniciadas tão logo a truculência expressada pela repressão do braço armado do Estado, através de policiais rodoviários federais, que começaram a ameaçar os manifestantes. Os estudantes sequer contavam com carro de som, que havia sido boicotado através de oferta maior de preço para não comparecer ao local.

Quando as chamadas já haviam baixado - razão maior do bloqueio, os manifestantes utilizaram-se da força da voz para expressar o seu protesto e resistência diante do desmonte da universidade pública, motivado pela reforma universitária, que está levando ao sucateamento e privatização do ensino superior público.

Um dos objetivos dos estudantes era também de chamar atenção dos calouros na luta em favor de uma estrutura adequada para os universitários, tais como a conquista do restaurante e da residência universitária, laboratórios para os diversos cursos, ampliação do acervo bibliográfico, condições para os professores e funcionários se deslocarem ao centro da cidade, o passe-livre para estudantes e desempregados etc.

Prisões e Torturas

Quando o fogo do bloqueio baixa, a Polícia Rodoviária Federal se encontrava na espreita para reprimir violentamente os manifestantes. Afirmou que tinha recebido telefonema delatando. Nesse momento, os estudantes começavam a dar as mãos e repetir palavras de ordem da manifestação para se retirarem, pois o objetivo do bloqueio havia sido cumprido, de acordo com o que planejaram junto ao DCE.

Todos os manifestantes foram afrontados por policiais rodoviários Federais, armados de escopetas e submetralhadoras, que se dirigindo aos manifestantes, o comandante Régis seguiu com algemas na direção da professora Graça Araújo, começando as ameaças. Quando já estava fechando a algema no seu pulso esquerdo, Maysa, militante do Comitê em Defesa dos Movimentos Sociais, gritou para os manifestantes exclamando a prisão da professora. Foi quando se livrou de ter o pulso cortado por algemadas, como aconteceu com o camponês Manoel, que se encontrava presente na manifestação e cujo crime, cometido foi tentar defender a professora Graça e demais estudantes agredidos. E ainda mais, o fato de vários manifestantes terem se aproximado da professora e procurado tirá-la das mãos dos policiais, os policiais rodoviários federais sob a alegação de que estaria resistindo a prisão, teve seu pulso direito

dobrado - o que eles chamam na linguagem das técnicas de tortura - "mão de vaca".

A militante do Movimento Negro de Rondônia e integrante do Comitê em Defesa dos manifestantes, foi também levada presa e conduzida junto à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal e posteriormente levados para a Superintendência da Polícia Federal.

Cerca de seis a sete policiais rodoviários, torturaram Isaac, acadêmico do Curso de História, utilizando o método de sufocamento, aplicado-lhe uma gravata. O mesmo só não foi levado preso porque ficou desmaiado no asfalto, sendo socorrido por seus colegas e professores, sendo reanimado na Policlínica do Jardim Eldorado.

A justiça burguesa só defende a si mesma, justamente por isso usam métodos que perante suas leis os inocentam de toda espécie de barbárie. O pulso cortado do camponês com as algemas, o sufocamento do estudante, que ficou desmaiado no asfalto, a tentativa de asfixia na viatura, quando conduzia, a professora Graça, o camponês Manoel e a Militante Maysa, trancados no carro sem ar ligado e com todos os vidros vedados, fazem parte da violência reacionária da burguesia, levada a cabo pelo braço armado do Estado, que a representa como força dos exploradores na busca de submeter os explorados aos seus interesses.

Tudo isso não foi suficiente, mas teria de ir mais além com torturas psicológicas, quando ao chegarem na Polícia Rodoviária Federal, o comandante Régis, antes de levar os três detidos para a Superintendência da Polícia Federal, mostra dois sacos de bombas de efeitos diferentes e repete para eles que seria humanamente impossível o ser humano suportar ações de bombas como aquelas e que elas serão para os sem-terra e demais manifestantes em bloqueios de rodovias etc.

Rodolfo, delegado da Superintendência da Polícia Federal, também espalhou o terror, quando entrou aos berros numa sala, com o único objetivo de torturar as duas "mulheres e o camponês. No seu estridente berro, expressava abuso de poder que bem poderia levar as duas para o presídio feminino e o camponês para o Urso Branco. Também prender todos aqueles que se encontravam em frente à Superintendência - parte da diretoria da Associação dos Professores da Unir, Adunir, Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de Rondônia, Sintunir diretoria do DCE, militantes de Movimentos Sociais e professores do Departamento de História.

Nesse momento todos foram conduzidos à superintendência da Polícia Federal com ameaça de prisão no Urso Branco para camponês e presídio feminino para a professora Graça e a Maysa.

A Corrente Proletária da Educação conclama as entidades que se reivindicam de defensores dos explorados a combater a violência reacionária do Estado burguês com a unidade da luta contra a opressão de classe sobre as maiorias oprimidas. Combate todas as medidas privatistas impostas pelos governos neoliberais. E chama a defesa das reivindicações de ensino público, gratuito, laico e autônomo em todos os níveis e para todos.

Professores Municipais – S. Paulo

Eleições no Sinpeem: venceu o burocrata e conciliador Cláudio Fonseca

A eleição para diretoria do sindicato dos trabalhadores da educação ocorreu no dia 19 agosto. Concorreram seis chapas. A chapa 1 (cisão do PCdoB); a chapa 2 (PSOL/ASS e ala esquerda do PT); a chapa 3 (LOI); a chapa 4 (PSTU, FOS, OS e POR); a chapa 5 (PCdoB/Trabalho) e a chapa 6 (PCO).

A chapa 1 obteve 50,639%; a chapa 2 - 26,557%; a chapa 3 - 2,435%; a chapa 4 - 6,528%; a chapa 5 - 9,209% e a chapa 6 - 1,188%. Como não existe uma real proporcionalidade na composição da diretoria, somente as chapas 1 e 2 alcançaram os critérios (a linha de corte é de 20%). O maior derrotado foi o PCdoB, que perdeu a direção do sindicato. O PSTU, que possuía uma pequena participação, também ficou fora dessa gestão.

Venceu, portanto, o caudilho Cláudio Fonseca, ex-militante do PCdoB. Conduzirá o sindicato com a mesma política autoritária, centralizadora e conciliadora, levada pelos estalinistas do PCdoB. Para se manter como caudilho na direção do Sinpeem, procurou ludibriar os trabalhadores mostrando esmolas como conquistas, quando na realidade só houve arrocho salarial. Neste último acordo, estava embutida a aceitação de 0,1% de reajuste e o desconto da previdência em mais 6%, que virá em setembro. Apressou o processo eleitoral, que ocorreu logo após a assinatura do acordo com Serra, onde os trabalhadores receberam uma parte da gratificação como consolo e o quadro de apoio um plano de carreira solapado, com a aparência de “ganho”.

Crítica ao programa das chapas

A existência de seis chapas mostra a divisão dos trabalhadores da educação no município. Em grande parte resulta da própria divisão existente na diretoria do sindicato, nem sempre por razões de divergências políticas mas sim de interesses burocráticos. E isso se expressa quando analisamos o programa das chapas.

A chapa 1, que até a pouco tempo atrás fazia dobradinha com a presidente da chapa 5, Raquel Guison (PCdoB), compareceu fazendo apologia dos feitos de Cláudio Fonseca e defendendo a continuidade de sua gestão, que já dura quase duas décadas. Escondeu sua principal convergência com a chapa 5, que foi o apoio eleitoral ao PT/Lula e a Marta Suplicy (prefeitura de São Paulo). Mentiu deslavadamente que luta pelas reivindicações salariais, funcionais e contra as reformas da previdência e sindical/trabalhista. Carregando o slogan de “compromisso e luta” anulou todos os princípios da democracia sindical e impôs o processo eleitoral sob seu controle.

Muito dinheiro foi gasto para pagar os que faziam campanha com os dizeres “Cláudio Fonseca, presidente”. Com farto material de boca de urna e uniformizados, a chapa 1 acercou os professores e funcionários, que se enfileiram nas portas das escolas para votar e conseguir um abono do dia de trabalho. Totalmente despolitizados, preferiram votar naquele que sempre garantiu a dispensa do ponto no dia da eleição. Sequer lembravam do desmonte da última paralisação, do desconto da previdência, da eliminação de um dos turnos das escolas, do

desemprego e outras tantas negociatas entre o presidente do sindicato e a prefeitura.

No programa da chapa estava a construção da sede própria, o centro de formação (preparação para concursos) e o SINPEEM Park Hotel. Prometia mais vantagens como o Centro de Cultura e outras. Como todo burocrata, a chapa 1 expressa o sindicato-empresa. Os demais pontos da chapa vinham abaixo do “compromisso” de transformação do sindicato em agência de negócios, que supostamente servem os trabalhadores.

As listas de “compromissos” da chapa eram contraditórias, a exemplo da defesa da escola pública e gratuita em todos os níveis e a universalização apenas do ensino fundamental. Na verdade, a chapa 1 é contra o ensino público e gratuito a todos porque é contra a estatização de todo o sistema de ensino. As denúncias contra Serra não estavam materializadas no método da luta direta, que é próprio dos assalariados. Não apresentou a defesa das assembleias e congressos democráticos e não se colocou pela unidade de todo o funcionalismo. Trata-se de um programa de continuidade de um sindicalismo corporativista, conciliador e oposto à luta de classe.

A chapa 5, resultado da divisão aparelhista, composta pelo PCdoB e O Trabalho, posicionou-se em favor do governo PT/Lula. Responsabilizou as “forças conservadoras que compõem o sistema de poder no Brasil, que trabalham para desacreditar e imobilizar o governo Lula. Visam destroçar por longo tempo o PT e por fim a um projeto alternativo de esquerda para o país”. Em seguida, diante do volume de denúncias de corrupção, a chapa apresenta uma receita para Lula se livrar das tais forças conservadoras: “o governo deve se apoiar no povo trabalhador, nos milhões de votos que deram um mandato claro de mudança e atendimento às reivindicações. Deve mudar a política econômica, com redução dos juros, fim do superávit primário etc”. Conclui exaltando o governo que cai em meio à podridão: “elegemos Lula para mudar este país, para garantir a transição política e abrir caminho para uma sociedade justa e democrática”. Não por acaso, os petistas se enfileiram no apoio à chapa 5.

O programa traz também uma lista de reivindicações que nada difere da chapa 1. O PCdoB, que tinha como um dos seus principais dirigentes Cláudio Fonseca e Raquel Guison, foi obrigado a compor com O Trabalho e a defender “democracia interna no Sinpeem”. Tudo que o PCdoB fez para poder controlar autoritariamente o sindicato se voltou contra ele mesmo. A falsa proporcionalidade na composição direção, que exige 20% dos votos, era o que sustentava o PCdoB quase que hegemonicamente na diretoria. E foi essa proporcionalidade que impediu que estivesse na composição da nova direção. Sem fazer nenhuma crítica ao caudilho Cláudio Fonseca, a chapa 5 falava de um “sindicato renovado”.

A chapa 2, composta por uma ala PT (Democracia Socialista, setores vinculados ao deputado Ivan Valente e ao vereador Carlos Giannazi) e o PSOL, tinha como presidente Rosa Palmiro. Uma parte de seus componentes já compunha a direção do Sinpeem. A Chapa se limitou a dizer que “O governo Lula decepciona os milhões de brasileiros que o elegeram na expectativa de melho-

rarem suas condições de vida e trabalho...A autonomia da CUT está em xeque com a entrada de Luiz Marinho no governo". E defendeu a punição dos corruptos e corruptores e a independência da CUT, não importando o partido ou o governo". São favoráveis as CPIs como instrumento parlamentar de apuração e punição. Está aí seu compromisso com a democracia burguesa e como o parlamento corrupto. Alimenta a farsa da possibilidade de se alcançar uma "política econômica que beneficie os trabalhadores", pela via do voto e da administração do Estado burguês.

Na lista de reivindicações da chapa 2 sequer está colocada a defesa do ensino gratuito em todos os níveis e não se diferencia da lista de "compromissos" das chapas 1 e 5.

A chapa 3, composta pela corrente LOI, e a chapa 6, pelo PCO, compareceram como divisionistas. São chapas fora do campo do PT mas que se recusaram a discutir o programa com os setores da Oposição Unificada, que compôs a chapa 4. Essa divisão só ajudou a enfraquecer os setores que combatem o governo PT/Lula/Serra/PSDB e suas medidas de ataque aos trabalhadores. O argumento de que o PSTU pretende dividir os trabalhadores com a criação da Conlutas não é suficiente para justificar a divisão no Sinpeem.

A Chapa 4 – Oposição Unificada, formada pelo PSTU, FOS, militantes da Alternativa e POR, era uma chapa frentista, apoiada no programa da independência do sindicato, na oposição ao governo Lula, na luta contra as reformas neoliberais e no método da mobilização coletiva e direta. O POR/Corrente proletária travou um combate na convenção da chapa em torno de três pontos divergentes: a) posição do PSTU de cisão da CUT e criação de uma nova central; b) da bandeira de Oposição de esquerda ao governo Lula, proposta do PSTU e FOS; c) independência do sindicato em relação a todos os partidos. Sobre a desfiliação da CUT, o POR se posicionou contrário a divisão dos trabalhadores e de seus organismos e defendeu a constituição da fração revolucionária para derrotar a burocracia que faz dos sindicatos um instrumento da política burguesa e de apoio aos governos corruptos. Em relação à bandeira de Oposição de Esquerda, o POR denunciou que se trata de uma alternativa eleitoral frente ao fracasso do reformismo e que é preciso uma bandeira que impulse a luta direta e que parta das reivindicações dos trabalhadores. No que se refere à independência do sindicato em relação aos partidos, conforme defendido pela

FOS e apoiada pelo PSTU, o POR mostrou que se trata da renúncia de construção do partido revolucionário. Procurou convencê-los de que os explorados não podem ser independentes do partido revolucionário. E que isso nada tem a ver com a prática de correntes e partidos de esquerda que usam dos sindicatos para potencial economicamente seus partidos. Nesse sentido, o POR se colocou pela independência em relação aos partidos burgueses. Porém, foi posição vencida na Convenção.

A Chapa da Oposição Unificada não pôde realizar uma boa campanha junto às escolas. Contou com vários obstáculos, entre eles a posição inicial de chantagem exercida pelo PSTU, que ameaçou sair da chapa caso não fosse refeita a votação sobre a posição de desfiliação da CUT. Chegou ao ponto de escrever uma carta endereçada a FOS, OS e ao POR para que nova convenção fosse realizada e se discutisse apenas esse ponto. Nessa carta, disse assim: "O PSTU realizou um congresso, que coincidiu com o auge da crise do PT e entrada da CUT no ministério de Lula e votou que não fará mais nenhuma chapa que não tenha uma posição clara – ruptura – sobre a questão da CUT". Como não houve concordância de realização de nova plenária, o PSTU aceitou o que foi votado. Porém, na prática, encaminhou o primeiro material da campanha com as bandeiras do jornal do PSTU. As dificuldades também se expressaram na falta de uma campanha mais coletiva, que pudesse combater as posições da burocracia sindical.

As tarefas colocadas

O importante é que as idéias programáticas da chapa 4 não encontraram resistência nas escolas. Há um setor de vanguarda, particularmente dos professores, que está descontente com a condução do sindicato. Por isso, questionava a política da chapa 1 de manipulação das assembleias, de negociatas com os governos e de desmonte da luta coletiva. O que faltou foi um trabalho mais sistemático junto a classe para potencial esse descontentamento e transformá-lo em luta política contra a burocracia capituladora.

Nesse sentido, a continuidade desse movimento em torno do programa de combate às medidas governamentais, de defesa das reivindicações e do método da ação direta é uma tarefa da Oposição Unificada. A defesa de plenárias regulares e de um trabalho prático comum é o caminho para testar a disposição dessa chapa frentista de continuidade desse trabalho.

Movimento Estudantil em Fortaleza

Em todo o Brasil, mas especificamente em Fortaleza, existe um vácuo entre a juventude e suas reivindicações. As entidades que deveriam organizar a luta política são máfias de carterinhas ou, quando muito, servem de apoio aos governos de plantão, como é o caso da UNE. Esse vácuo é preenchido momentaneamente quando aparece uma questão imediata, como aumento das passagens, sempre por algum grupo político que tenha disposição de contingente para mobilizar uma massa alheia às questões políticas que cada dia impõem à juventude exclusão e marginalização.

No ano de 2004, o pró-juventude de Fortaleza ficou marcado porque arrancou os estudantes da estagnação política, o fórum estudantil que protagonizou a luta dos estudantes conseguiu abarcar uma quantidade variada de correntes e um número razoável de partidários, o que possibilitou que algumas bandeiras poristas fossem assimiladas, mesmo como uma quantidade pequena de mi-

litantes, mas, à medida que as lutas ganhavam corpo, crescia a repercussão do movimento, o aparelhismo de algumas correntes tanto deformava como chegava a travar a luta dos estudantes.

O principal erro do fórum foi não construir comitês de base nas escolas que pudessem elevar e organizar a juventude em torno de suas reivindicações. E o mais importante, acabar com o aparelhismo e o divisionismo.

O MPL dirigido pelos anarquistas deixou claro que as decisões do Encontro Nacional não estão em votação. O PSTU quer construir a Conlute, e o PCR, com sua entidade fantasma, desvia a luta pelas reivindicações imediatas, o passe card, o passe livre e meia metropolitana.

O POR chama os estudantes a construir a luta e acabar com o divisionismo, construindo um organismo de frente única, priorizando o trabalho de base para elevar e avançar o combate em torno das reivindicações.

Fortaleza - CE

Balanço do ato do Conlutas contra o Passe Card

Neste segundo semestre do dia 11 de Agosto, a Conlutas organizou um ato contra a implantação do Passe Card pela prefeita Luizianne Lins/PT em conluio com os capitalistas do transporte coletivo de Fortaleza.

O ato contou com quase 160 pessoas entre professores, estudantes, operários da construção civil, gráficos, motoristas e cobradores. Porém, os sindicatos presentes ao ato eram da construção civil (PSTU), gráficos (PT e independentes) dos motoristas e cobradores (pelegos vendidos).

Quando os manifestantes chegaram ao local do ato, já se encontrava lá no terminal do Papicu a guarda municipal do PT e o batalhão de choque da PM. No momento em que começou, o ato os manifestantes tentaram bloquear as duas entradas do terminal, porém, a guarda municipal reagiu disparando tiros contra as pessoas que queriam a entrada próximo à Avenida Engenheira Santana Junior. Com isso, só conseguimos fechar uma das entradas do terminal, mas logo a administração procurou esvaziar o terminal para

que os usuários de ônibus não vissem a manifestação.

Quem praticamente controlou o ato foi o sindicato dos motoristas e cobradores, manipulando o microfone por quase todo o tempo. As intervenções se direcionavam basicamente ao mar de lama do governo Lula/PT do que a própria implantação do Passe Card.

O que podemos perceber, o ato proposto pela Conlutas tinha como objetivo central potencializar eleitoralmente o PSTU nas próximas eleições, no lugar deixado pelo PT depois dos escândalos de corrupção.

O POR interveio no ato colocando que somente poderíamos colocar abaixo o Passe Card com a radicalização das lutas dos explorados, como por exemplo, ocupação de prédios públicos e dos terminais, bloqueio de rua, manifestações etc.; porque a implantação do Passe Card expressa a ofensiva dos capitalistas para manter a sua taxa de lucro. Por isso não basta só a luta contra o Passe Card, mas lutar pela destruição do sistema capitalista e construir o regime socialista pela via revolucionária.

Prefeita Luizianne Lins não cumpre promessa de campanha sobre os aditivos, impõe intervenção nas escolas e arrocha salário do funcionalismo

Mal se passaram 7 meses de gestão do PT em Fortaleza e já caiu a máscara da prefeita Luizianne Lins. Esta optou por governar com os partidos burgueses e para a burguesia e não com o povo. O conteúdo de classe da gestão *Fortaleza Bela* é burguês. Impôs míseros 10% de reajuste quando as perdas salariais da categoria eram de mais de 50%. E mesmo os miseráveis 10% sequer foram dados para os professores de nível universitário 05B com a alegação de que os professores já haviam recebido esse reajuste no final da gestão Juraci. (PMDB).

Quanto à reivindicação da categoria de que as direções de escola, apadrinhadas dos vereadores corruptos, fossem afastadas e se encaminhassem eleições diretas, a prefeitura respondeu com a **lista tríplice** e a indicação de diretores. Desde o início do seu mandato, os professores reivindicam eleições diretas nas escolas e fim das gestões dos diretores atrelados aos vereadores da base de sustentação de Juraci (PMDB, PSL, PSDB, PMN, PAN etc) que agora, são, em parte, a nova base de sustentação da prefeita Luizianne. Ao invés de afastamento, tiveram o mandato prorrogado. Ao invés de eleições diretas lista tríplice, foi imposta a indicação do diretor pela SEDAS. Assim age a prefeitura do PT.

A novela dos aditivos

Luizianne prometeu que se eleita incorporaria os aditivos imediatamente. Uma vez eleita não pretende cumprir a promessa. Primeiro disse que deveria haver critérios para a efetivação, depois que não poderia implantar porque haveria aditivos laranjas, que a efetivação deveria ter 60 meses etc. Tudo para não resolver o problema das mais de 1.800 carências definitivas da rede.

Ao invés de incorporar os aditivos destas carências e abrir concurso para professor efetivo, faz o contrário. Abre concurso para professor temporário e lota esses professores na **vaga dos aditivos nas escolas!** O secretário de educação Bodião alegou que essa me-

diada não foi orientada pela prefeitura. Que as diretoras de escola é que são as responsáveis por isso. O que o secretário não disse é que esse abuso das diretoras só ocorre porque a prefeitura fez questão de preservá-las quando deveria exonerá-las.

A assembléia do dia 04/08 contou com mais de 700 professores. O ato na prefeitura, apesar da pressão contrária das direções, serviu para denunciar a postura da prefeita (É preciso destacar a falta de democracia nas assembléias onde a direção do Sindiute - corrente O trabalho do PT - tem limitado arbitrariamente o número de inscritos). O descontentamento no professorado é grande. É preciso preparar a greve por tempo indeterminado na categoria, derrotar a prefeita e arrancar: eleições diretas para diretor, incorporação dos aditivos já, e reajuste salarial para o nível 05B.

Todos à luta contra o Passe Card de Luizianne e Sindiônibus!

A prefeita Luizianne mais uma vez ataca os trabalhadores. Dessa vez em conluio com os empresários do transporte coletivo quer implantar o Passe Card, um cartão magnético que substituirá os vales-transporte em papel.

A prefeitura/empresários dizem que querem melhorar a qualidade no transporte. Os bondosos empresários e prefeitura só não dizem que o fim do vale trará o fim da única fonte de renda de milhares de trabalhadores que vivem da venda de vales, nem que o Passe Card é uma jogada para acabar com os topiqueiros e obrigar quem recebe vale a voltar pegar ônibus novamente e muito menos que o Passe Card cria as condições para a limitação da meia-passagem.

Os empresários do Sindiônibus com ajuda da prefeitura querem aumentar seus lucros e descarregar a crise sob os ombros dos trabalhadores pobres. Mas os trabalhadores e estudantes já começaram a se organizar para barrar nas ruas mais esse ataque. Venha fazer parte dessa luta!

Encontro dos cursinhos populares

Apresentamos abaixo texto voltado aos encontros preparatórios dos cursinhos populares

Educação e trabalho

Cresce a procura da juventude dos bairros operários aos cursinhos populares. Por sua vez, em vários bairros os cursinhos estão presentes e se consolidam como instrumentos da população pobre que quer continuar os estudos.

Como são montados pelos próprios estudantes, são gratuitos e não guardam vínculo com nenhum poder econômico, os estudantes se acham livres de imposições e podem tratar abertamente todos os temas de interesse coletivo. Mas expressam a contradição de estarem voltados ao vestibular, que serve de funil para impedir a grande maioria pobre de ir para a Universidade. Nesse nível, predomina o ensino privado e as universidades públicas são poucas. O vestibular seleciona de acordo com as condições econômicas.

Os filhos da burguesia têm tudo assegurado. A classe média tem acesso à Universidade, mas apenas parte dela. E a juventude operária e camponesa, na sua quase totalidade, fica fora do ensino superior. A universidade assim comparece como um luxo, frente à multidão de jovens que não têm outra perspectiva senão servir de mão de obra barata, sujeita a uma infernal exploração. Isso para os que conseguem emprego.

Não é por acaso que o problema começa já no ensino fundamental. Cerca de metade das crianças acabam sendo analfabetos funcionais, ou seja, passam pelo ensino fundamental sem de fato aprenderem integralmente. São os filhos dos pobres do campo e da cidade. Esse é o primeiro funil social. Depois, vem o ensino médio. Dos 35 milhões que passam pelo fundamental, apenas 9 milhões podem cursar o ensino médio. Está aí o segundo funil. E o terceiro é o do vestibular. Na universidade, chegam apenas 4 milhões.

Esses números demonstram a barbárie imposta pelo capitalismo à juventude operária e camponesa. Barbárie que atinge também as camadas mais oprimidas da classe média urbana.

Essa face do problema educacional vem acompanhada da face social da exploração do trabalho, dos salários de fome e do desemprego. Há uma interligação indissolúvel entre educação e trabalho.

Governos, políticos patronais, agentes estatais e toda sorte de gente comprometi-

da com o funcionamento do capitalismo reconhecem, por vezes, essa relação, mas procuram esconder suas raízes, dando a entender que a solução está em fazer algumas reformas. Mas o fato é que nenhuma reforma foi feita nesse sentido. E nem será, porque o regime capitalista se assenta na exploração do trabalho e na concentração de riquezas nas mãos da minoria burguesa. O que quer dizer que a grande maioria da população trabalhadora e de sua juventude não terá acesso ao ensino e não poderá desenvolver plenamente suas capacidades intelectuais, enquanto perdurar o regime social capitalista. Mas isso não quer dizer que conquistas não poderão ser arrancadas com luta.

A organização de movimentos em defesa da vida dos oprimidos é o ponto de partida para enfrentar a exploração e suas consequências danosas. Os cursinhos populares devem ser um desses movimentos. Quanto maior clareza se tiver sobre a relação da escola com o trabalho, melhor será para a luta contra a opressão.

Levantamos aqui alguns pontos para a discussão no encontro.

1. Ensino a todos e em todos os níveis. Essa reivindicação implica a luta contra a discriminação social. Concretiza-se pela exigência de vagas públicas em todos os graus, que abranjam o conjunto das crianças e jovens. Fim do vestibular e continuidade automática.

2. Ensino público, gratuito, laico e científico. Defesa de um sistema único estatal (fim do ensino pago e dos vestibulares, com livre acesso), que ponha fim à mercantilização da educação. Para isso, é preciso estatizar o sistema privado como um todo, sem indenizar os proprietários.

3. Controle da escola por quem estuda e trabalha. A educação e a organização do ensino deve sair do controle do Estado, que expressa os interesses gerais dos exploradores e imprime aos estudos a ideologia dominante. Via de regra deforma o conhecimento.

4. Escola vinculada à produção social. Trata-se da real unidade entre teoria e prática. Os estudantes trabalham e estudam desde o momento em que suas condições físicas e mentais permitam. A relação entre escola e trabalho possibilita o conhecimen-

to aplicado e este permite o desenvolvimento teórico.

5. Nenhum jovem fora da produção, nenhum jovem fora da escola. A defesa do emprego a todos aptos para o trabalho é fundamental para a saúde físico-mental da juventude. A jornada de trabalho deve estar de acordo com a capacidade e com as necessidades de estudo. O mesmo diz respeito ao tipo de trabalho, que deve ser compatível com a constituição físico-mental do jovem. O salário deve cobrir todas as necessidades.

6. Abolição do trabalho da criança, que serve à exploração capitalista e que compromete suas condições físico-mentais. As crianças podem exercer atividades que as preparam para o trabalho. Essas devem ser planejadas, sob o controle da escola e dos próprios trabalhadores. Nenhuma família recebendo menos que 1 salário mínimo real, que deve ser calculado levando em conta todas as necessidades vitais. Sem essa condição, não pode haver aprendizagem da criança e dos jovens. Não basta o acesso e a permanência à escola, é preciso condições econômicas.

Ao mesmo tempo em que a juventude operária, camponesa e de classe média pobre luta por essas reivindicações democráticas e de defesa da vida, deve ter por objetivo destruir a escola de classe, discriminadora, arcaica e repressiva, procurando construir uma nova escola livre de toda e qualquer opressão.

A nova escola só virá com uma nova sociedade, sem exploradores e explorados, a sociedade socialista. Não será a escola que transformará a sociedade, mas fará parte da transformação histórica da sociedade. Transformando a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva se dará início ao fim da sociedade de classe e também o fim da escola de classe.

A burguesia que detém a propriedade dos meios de produção, explora a população, impõe a fome e ignorância mantém a escola como instrumento de domínio. Em contraposição, a classe operária e demais explorados têm a tarefa de emancipar a sociedade de todo tipo de opressão. A juventude deve se politizar na política da classe operária e lutar

As tarefas do movimento, após a Plenária de Campinas: Garantia da democracia interna, unificação nacional e ampliação das mobilizações

Nos dias 22, 23 e 24 de julho reuniram-se, em Campinas, delegações de diversas cidades, de Porto Velho (RR) a Porto Alegre (RS) para discutir e deliberar sobre os diversos aspectos do movimento. O encontro tinha como objetivo impulsionar nacionalmente as lutas pelo passe-livre e consolidar um movimento nacional. A Corrente Proletária (POR) participou do encontro com uma tese, debateu seus pontos de vista nos grupos e distribuiu no dia 23 sua proposta para os três pontos acerca dos quais iriam se tirar resoluções: estratégia, tática e organização.

Defendemos que o Movimento Passe-Livre Nacional deve ter como estratégia fundamental a conquista do passe-livre universal e a estatização (sem indenização) de todo o sistema de transporte sob o controle dos trabalhadores e da população. Essas medidas são parte da luta mais geral contra o capitalismo – portanto, da luta pela revolução social. A tática para atingir esse fim é a da ação coletiva, baseada na unificação do movimento em torno das reivindicações – como são colocadas concretamente em cada localidade –, utilizando-se do método da ação direta.

Em relação à organização, nos colocamos por um movimento nacional, com sua unidade dada ao redor das reivindicações comuns e pelo reconhecimento e garantia da expressão de todas as divergências – que devem ser amplamente debatidas, a fim de que possam concluir em resoluções de maioria e no compromisso coletivo ao redor delas. Uma organização federativa não levará à unidade nacional que precisamos, pois concluirá na ação fragmentada, inorgânica e corporativa.

A Corrente Proletária (POR) polarizou o encontro, desde os grupos de discussão até a plenária final. Chocou-se com os defensores de um “movimento federativo, apartidário e independente”, os quais expressaram uma política essencialmente reformista – mesmo que na maior parte do tempo maquiada com frases de efeito e uma postura supostamente libertária. Esse reformismo apontava a estratégia da “nova concepção de transporte” e “luta por conquistas econômicas mínimas”, que conduzem o movimento para o parlamento e os governos. Eram de diversas tendências, desde anarquistas, a militantes e ex-militantes de partidos (como PT e P-Sol). Fundamentaram suas críticas basicamente em torno de preconceitos, como o apartidarismo. Esse “princípio” não passa de uma mentira, porque os partidos estão no interior dos movimentos através de seus militantes e de suas idéias. Fraudaram falas e conceitos defendidos por nós, pontuando tudo isso com ameaças de agressão e falas despolitizadas. Defendemos que o movimento tem de ter autonomia frente aos partidos burgueses, que só pode ser garantida com a mais ampla democracia interna e uma política que expresse a luta dos estudantes pelas reivindicações. A luta pela direção do movimento pelas correntes que atuam nele se dará no interior da democracia das massas.

O ponto mais polêmico desta plenária foi justamente o que tratava da organização do movimento, de seus “princípios”, mais especificamente. Em primeiro lugar, é um erro tentar organizar um movimento ao redor de princípios. O movimento se une ao redor das reivindicações. A tentativa de impor a acei-

tação de princípios como condição para participar do movimento é sectária e não permite que se constitua uma frente única que possa levar a um movimento nacional. Leva sim a formar uma espécie de camarilha, na qual os chefetes é que determinam os rumos autoritariamente.

Fomos favoráveis ao método da votação quando houvesse divergência, em oposição ao de deliberação somente mediante “consenso”. Para nós, a busca do consenso é legítima e às vezes necessária para o melhor andamento do movimento. Mas quando a divergência é incontornável, deve-se garantir a possibilidade de votação das posições divergentes. Caso contrário, o consenso será burocrático e sufocará as divergências. O que se chamou de “consenso” nessa plenária não passa de submissão da minoria pela maioria, através da pressão para que a minoria omita suas opiniões; ou, pior ainda, um conchavo que acomode políticas opostas de forma oportunista.

Não são as decisões por maioria que levam ao “aparelhamento e desvirtuamento das intenções originais do movimento”. Tal burocratismo depende da política predominante na direção. A tarefa colocada àqueles que se opõem a esse tipo de desvirtuamento é a disputa interna da direção, possibilidade que deve ser garantida a todas as correntes.

Diante desse impasse, alguns dos chefetes reformistas propuseram abertamente a ruptura do movimento entre aqueles que concordavam ou não com os tais “princípios imutáveis” (leia-se dogmas). Chegaram a rachar a plenária com uma reunião paralela. Certamente, deram-se conta do prejuízo político que isso significaria, principalmente vendo que parte daqueles que estavam de acordo com suas idéias se recusaram a rachar. É importante notar como a conduta desses militantes oportunistas já começa a desmascará-los!

Finalmente, em relação ao financiamento, defendemos que a garantia da autonomia do MPL exige que o custeio das atividades seja feito com os recursos oriundos do próprio movimento ou das organizações de massa. Não aceitar dinheiro de parlamentares ou de empresas, que com isso condicionam o movimento.

A Corrente Proletária da Educação/POR trabalha para que a revolta instintiva dos trabalhadores e da juventude oprimida se transforme em movimento de massa e se organize de forma independente. Não temos nenhum interesse em disputar aparelho com as correntes ou ativistas. Atuamos nas reuniões para defender aquilo que leve ao combate pelas reivindicações mais imediatas e pelo objetivo de emancipação dos explorados do domínio capitalista.

Os choques de posições são inerentes à luta de classes. Não devem ser abolidos por métodos burocráticos e autoritários. O desenvolvimento da luta mostrará para o movimento as posições favoráveis e as desfavoráveis às necessidades dos oprimidos. Temos de ter claro que em toda parte o movimento social tem presente direções que servem de correia de transmissão de políticas reformistas e corporativistas. A luta pela independência dos movimentos passa pelo enfrentamento a essas posições.

Nesta edição:

- Bolívia:
Os revisionistas mostram sua face
O Argentino Moreno e as raízes de sua incompreensão sobre a Revolução Boliviana

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Bolívia

Os revisionistas mostram sua face

Os morenistas assumidos

O PSTU apresentou a posição de sua corrente na Bolívia por meio de uma entrevista com Jaime Vilela, identificado como dirigente do MST neste país. Eis algumas afirmações: 1. "(...) o MST cobrou a todo momento das organizações que assumissem o poder político. Nossas bandeiras foram Todo poder à COB e às organizações em luta", num primeiro momento e, finalmente, quando essas organizações em luta se aglutinaram em um comando denominado *Asamblea Nacional y Originaria*, lutamos para que esse comando assumisse o poder". 2. "Em um encontro histórico, se reuniram 29 organizações, e aprovaram a formação de uma Frente Obrero, Campesino, Popular e Originário para impulsionar as lutas e se apresentar como alternativas nas eleições. No entanto, isso ainda não está garantido, porque tanto a Fejuve quanto a COR, de EL Alto, estão ameaçando de romper a frente, deixando caminho livre para que o MAS, de Evo Morales, aglutine os votos dos trabalhadores".

Lembremos que o PSTU defendeu também um governo formado pelos burocratas e corruptos da COB (Jaime Solares), MAS (Evo Morales) e MIP (Malku). Prestaram um conteúdo revolucionário às direções que trabalharam contra a revolução proletária. A bandeira de "Todo poder à COB" mostra os morenistas do MST submetidos às pressões dos aparatos burocratizados e controlados pelo estalinista Jaime Solares. Isso explica o empenho do MST de fazer parte de uma Frente Operária e Camponesa formada para participar das eleições, que servem de manobra para retroceder o movimento revolucionário e que são desconhecidas pela maioria oprimida. O nome da frente é retumbante, mas não passa de um instrumento de parte da burocracia e caudilhos traidores. É com essa gente que o MST se une.

Os novos morenistas

Palavra Operária expõe a posição da LOR-CI boliviana. Também selecionamos algumas passagens.

1. "Após a experiência de junho, em que o papel conciliador do MAS tornou-se mais evidente para um setor, a discussão sobre a formação de um instrumento político baseado na COB, que até então mantinha-se estagnada, começou a desenvolver-se. Avaliamos que esse processo poderá ser um importante passo para a construção de uma organização própria dos trabalhadores para a intervenção na vida política. Nossos companheiros da LOR-CI têm atuado nos ampliados e reuniões da COB, defendendo o caráter de independência de classe para esse instrumento político que começa a se formar". 2. "Frente às eleições programadas para dezembro,

esse IPT poderia apresentar-se com candidatos, aproveitando as atenções que se voltam para o processo eleitoral, denunciando o engano da saída por dentro do regime".

Os novos morenistas, adaptados às lutas entre as frações que se desprenderam da organização internacional de Nahuel Moreno, impulsionam a organização da burocracia, em nome da luta pela independência da classe operária, para apresentarem-se nas eleições. A semelhança das posições do LOR-CI com as do MST não é por acaso. Os revisionistas democratizantes acabam por confluir.

Não faltam doutores em estratégia – a opinião de uma seita exitista

Além dos anteriores, há os detratores do mais baixo nível do POR boliviano, que pretendem orientar a revolução na Bolívia, sem conhecer nada do país.

Diz a seita: 1. "Os marxistas revolucionários intervêm na discussão sobre a necessidade de criar um "instrumento político dos trabalhadores", defendendo que essa ferramenta é o partido revolucionário comunista, porta-voz de um programa anticapitalista, antiimperialista e proletário". 2. "A melhor forma de potenciar a construção dessa alternativa na Bolívia, onde as eleições se colocam atualmente no centro político da conjuntura e despertam expectativas em importantes setores das massas, é lançando uma anticandidatura revolucionária, que utilize o palanque eleitoral para fazer agitação e propaganda do programa comunista, denunciando a democracia burguesa e suas candidaturas, inclusive de Evo Morales".

Inventa uma anticandidatura em contraposição à candidatura defendida pelo MST e LOR-CI. E apregoa que o "instrumento político dos trabalhadores", ou seja, da burocracia sindical, se torne um partido comunista. A seita mostra seu pedante oportunismo.

Conclusão necessária

Os acusadores do POR de nacionalista e messianismo caem na vala comum da frente eleitoral da burocracia que pactuou com a burguesia e o imperialismo para frear o levante revolucionário. Discutem com os burocratas a formação de um partido, conspirando contra o marxismo-leninismo-trotskismo encarnado pelo POR. Não são nada na Bolívia, querem se potenciar se apoiando na burocracia, como ala esquerda, para combater o porismo. Guillermo Lora sacode os ombros para os pretensiosos, pois não têm como se implantarem contra o programa do POR e de sua militância abnegada. No Brasil, aproveitam o desconhecimento e a despolitização

O Argentino Moreno e as raízes de sua incompreensão sobre a Revolução Boliviana

Limitações do Presente Trabalho

As notas críticas a seguir referem-se a menos de oito páginas do livro de Ernesto Gonzales e outros intitulado "O Trotskismo Operário e Internacionalista na Argentina". De alguma forma a revolução boliviana foi a pedra de toque das concepções do morenismo, que gastou muito dinheiro, além de mobilizar inúmeros militantes com a intenção de pôr em pé seu próprio partido em terras altiplanas. Mas fracassou em todas as tentativas.

Ao seu afã existista, à sua trajetória errátil e ao seu aventureirismo, devemos somar a total incompreensão que Moreno tinha sobre a Revolução Permanente, como podemos ver da análise de suas curiosas colocações sobre a revolução boliviana e de sua história.

Uma pequena parte do quinto capítulo do referido livro atesta a incompreensão morenista do processo da revolução boliviana. E é sobre essas colocações que limitaremos nossa análise.

Ninguém ignora que Moreno realizou um amplo trabalho no plano internacional e concluiu pondo em pé uma organização própria. Certamente seus seguidores dirão que cumpriu o seu dever trotskista. Dizemos que essa atitude se apoiou no cosmopolitismo argentino e mais concretamente no de Buenos Aires.

Os morenistas e outras seitas pretensamente "trotskistas" buscam nos atacar chamando os poristas bolivianos de "nacionalistas", ou seja, contrários ao internacionalismo proletário e à Quarta Internacional. Esta colocação não passa de um esquematismo simplista.

Respondemos que vivemos grande parte da experiência da IV Internacional e suportamos todas as conseqüências negativas de sua quase total inexistência como marco de elaboração coletiva da política revolucionária nos diversos países. Moreno e seus seguidores são um bom exemplo de que o esquematismo subjetivista é incapaz de compreender o processo revolucionário, pois para se livrar dos obstáculos seria preciso aprender as leis da história da sociedade boliviana.

De início se percebe uma leviandade excessiva na análise. Moreno se lança num ataque contra Pablo por suas opiniões e decisões sobre a questão boliviana; mas se percebe a ausência de uma análise sobre a conduta que desenvolvia o POR, cujos dirigentes e teóricos estavam longe de ser pablistas. As discrepâncias entre esses dois antagonistas eram evidentes e numerosas. Ignorar tal realidade é uma enorme fraqueza em um analista do processo revolucionário, assim como se limitar a poucas citações de segunda mão, no que se refere a que faziam e escreviam os poristas.

Novamente diremos que está ausente a explicação de uma questão fundamental: por que a IV Internacional não pôde assimilar criticamente o que se fez na Bolívia? Não devemos nos esquecer que foi uma experiência riquíssima — este fenômeno negativo repetiu-se posteriormente.

Às vezes deram vivas pelos poucos êxitos do POR, mas nada mais. Não se assimilou criticamente as conquistas e tampouco puderam explicar por que o trotskismo boliviano incipiente pôde derrotar as outras correntes políticas consideradas de esquerda, dentre elas o morenismo.

Pareceu converter-se em uma lei o fato do fracasso dos múltiplos esforços que se fizeram para organizar grupos revisionistas do trotskismo.

Um de nossos críticos norte-americano se esforçou para justificar seus equívocos ao julgar POR com o argumento de que sempre careceu de informações de primeira mão sobre o movimento revolucionário boliviano. A discussão nos interessa e é por isso que estamos lançando as "Obras Completas", onde se incluem os escritos sobre a formação de nosso pensamento e de nossa própria experiência no seio das massas. Esperamos que a polêmica posterior parta de materiais de primeira mão.

Estamos convencidos de que assimilar criticamente o que se fez na Bolívia, os erros que se cometeram etc., fortalece o movimento pela IV Internacional, caminho que, por sua vez, nos potencia como protagonistas da revolução.

"A Maior, Perfeita e Clássica Revolução Operária"

O pablismo, da mesma forma que vários outros grupos pretensamente trotskistas, são exististas ao extremo, o que os faz exibir suas vitórias (reais

ou imaginárias), mas não fazem nada para elaborar a política revolucionária das diferentes seções. O morenismo caiu nesse mesmo vício.

Na página 197 de "O Trotskismo Operário..." é apresentado o balanço de Moreno e de outros autores do volume citado sobre a Revolução Boliviana. Tudo se resume a conclusões ao redor de algumas citações tomadas do livro de Libório Justo "Bolívia, a Revolução Derrotada", cujo mérito é ter acumulado algum material de primeira mão, ainda que suas conclusões fossem errôneas. Os balanços apresentados denunciam o pensamento político e o programa de seus autores, pondo a nu o baixíssimo nível em que se moviam. A incompreensão do que ocorria domina todas essas "análises", se puderem ser chamadas assim.

Até a aprovação das "Teses de Pulacayo" (1946) e a constituição do Bloco Mineiro Parlamentar — apresentados pela direção da IV Internacional — o Partido Operário Revolucionário/ Bolívia não assistiu a nenhum dos Congressos da Quarta, não elaborou no seio desta sua política e tudo se limitou ao contato epistolar ocasional ou a leitura entrecortada de suas publicações. Ninguém disse que devido a isso ocorreram muitos dos erros cometidos pelo POR. Mas, também houve acertos e tampouco explicaram porque eles se deram em meio a esse isolamento estrangulador.

O balanço de Moreno, que tinha um propósito indissimulável, diz: "... na Bolívia se deu a maior, perfeita e clássica revolução operária do século, com uma forte influência da Internacional". Esta apreciação existista se torna surpreendente para quem cumpria tarefas de direção de organizações trotskistas.

Ernesto Gonzales e seus cooperadores agregam:

Na Bolívia de 1952, "O trotskismo era muito forte. Havia se convertido em uma direção de grande prestígio político no movimento operário e no interior do povo boliviano."

"Em novembro de 1946 se reuniram os delegados mineiros de toda Bolívia e aprovaram as célebres teses conhecidas com o nome da cidade mineira de Pulacayo, elaboradas pelos trotskistas do POR e votadas contra o MNR e o estalinismo...". "Esse programa e principalmente os pontos que se colocavam contra o exército e a favor do armamento dos trabalhadores ..., era o eixo da propaganda dos trotskistas e das organizações mineiras até que se produziu a Revolução de 1952, que foi quando foram criadas as célebres milícias."

"Uma conseqüência do triunfo trotskista entre os trabalhadores mineiros foi à constituição do bloco ou frente operária para as eleições de 1946..."

"O MNR se fez governo, com Vitor Paz como presidente. Mas quem dominava toda Bolívia eram as milícias operárias e camponesas. Depois do 11 de Abril de 1952, a maioria (delas) estava dirigida pelos trotskistas..."

Toda essa apreciação — bem posterior aos acontecimentos — não é exata, foi forçada para demonstrar que o POR/Bolívia dominava a situação política e arrastava atrás de si a maioria da classe operária, pelo menos. As apreciações de Moreno, sobretudo, e também de seus seguidores mais próximos, são inexplicáveis quando se referem a acontecimentos político-históricos muito divulgados, como foram as Jornadas de Abril de 1952. Parecem-nos que foram deliberadamente exageradas para demonstrar que Pablo se afastava do trotskismo ao aconselhar o apoio do POR/Bolívia ao MNR no poder, ainda que não foi feito de maneira franca.

O que mais estranha é que não se diga nada sobre as diferenças do POR/Bolívia com a política disseminada pela direção da IV Internacional, isso no momento em que o morenismo argentino lutava por ser reconhecido como "seção Argentina" e tirar desse cargo o posadismo, essa espécie de caricatura política.

Atravemo-nos a sustentar que Moreno conhecia o fato inocultável de que o POR e a direção da Quarta julgavam de forma diferente os acontecimentos bolivianos. O secretário-geral porista disse publicamente na capital francesa, no dia seguinte da vitória popular de 9 de Abril (levou a opinião da seção boliviana e a contrapôs à oficial da direção da Quarta):

"Que o POR/ Bolívia tinha como linha política arrancar o MNR de seu controle sobre as massas operárias, da classe média e seguidamente das nacionalidades nativas". Essa posição não agradou quase ninguém da cúpula da Quarta, que curiosamente partiam da suposição de que já

éramos maioria (acreditavam que as provas eram as Teses de Pulacayo e o Bloco Mineiro Parlamentar), sobretudo no interior da COB, a força mais poderosa neste momento.

Esquecem-se do desenvolvimento do processo revolucionário. Como tantas vezes a realidade é arbitrariamente substituída por esquemas subjetivistas; se esquece a realidade objetiva e a substitui por bons desejos. Os observadores, os historiadores, os políticos, caem nesses excessos e por isso acabam lhes escapando as leis do desenvolvimento e transformação da sociedade boliviana. Devemos concluir que não são marxistas e por isso caem com tanta frequência no aventureirismo e no reformismo, que sempre levam para as trincheiras da burguesia.

Nos primeiros momentos da quebra do aparato estatal feudal-burguês, o imperialismo norte-americano estava convencido de que o MNR, particularmente alguns de seus líderes, eram comunistas, que estavam dispostos a impor ao país o radicalismo das “Teses de Pulacayo”.

A rosca feudal-burguesa partia do convencimento de que os Estados Unidos não permitiriam que os “comunistas” do MNR consolidassem o poder e que a nação oprimida estava obrigada a recuperar a democracia — temos dito que na Bolívia nunca existiu, não existe e nem existirá — para devolver a ela o manejo do aparato governamental. A experiência ensinará que ao imperialismo interessava converter em seu instrumento um partido que fosse capaz de embriagar as massas; é por isso que concluiu apoiando o movimentismo, prestando suporte econômico, etc. O MNR acabou sendo nesse momento a melhor variante para Washington.

Nos primeiros momentos, um dos fatos de maior importância foi o boicote e a arremetida vigorosa do imperialismo. O POR, fiel ao marxismo, ao pensamento de Trotsky, rechaçou a intervenção imperialista no país e, por estar impedido de tomar o poder — isto porque não era a direção das massas — não lançou a consigna de derrotar o MNR. Esse repúdio à ingerência norte-americana, levava em conta a defesa da soberania nacional e se convertia em um fator que não debilitava o combate sem cessar ao governo, feito pelos trotskistas. Reiteramos que para nós essa conduta foi correta, era a resposta revolucionária a uma situação determinada. As massas, apesar de nos dar razão, acabaram por fortalecer o governo nacionalista.

Os Maiores Erros do Morenismo

Devemos nos perguntar se o que ocorreu em 1952 foi “a maior, mais perfeita e clássica revolução operária do século...”. Essa afirmação é uma monstruosidade antimarxista da primeira a última letra.

Qual seria a revolução “maior, mais perfeita e clássica” em nossa época? Aquela de presença e predomínio do proletariado. Essa seria uma revolução social que materialize a finalidade estratégica da ditadura do proletariado, na Bolívia um perfeito governo operário-camponês.

A “revolução clássica” é aquela que deve ser tomada como referência, se se desejar como um modelo a ser imitado. Tratando-se da revolução de 1952 não há o que imitá-la, mas superá-la, até convertê-la em social, cujo ponto culminante é a ditadura do proletariado.

A argumentação do morenismo para justificar sua caracterização atrevida da revolução de 1952 é extremamente débil; limita-se a afirmação de que o POR era a direção das massas, que virtualmente tinha derubado o movimentismo. Nada disso é exato.

O POR que chega a 1952, era naquele momento um partido muito jovem, que iniciava sua penetração no seio das massas, particularmente no proletariado mineiro. Fundado em 1935, suportou um quinquênio de enquistamento e com muita dificuldade se aclimatou no país. As importantes conquistas assinaladas pelo morenismo ocorreram quase sem nenhuma intervenção da direção da IV Internacional daquele tempo.

Excepcionalmente e pela primeira vez no mundo, a atividade dos trotskistas poristas se traduziu na adoção pelos sindicatos de um programa ideológico, que é uma versão do Programa de Transição e, ao mesmo tempo, fez contribuições para a caracterização do país e para a enunciação do objetivo estratégico e dos métodos de luta do proletariado.

As “Teses de Pulacayo” impulsionou o desenvolvimento político das massas e segue tendo vigência depois de meio século de sua aprovação. Isso ocorre porque sua essência continua atuando através das massas. É um exemplo de como a ideologia da classe, sua essência, correspondem às leis históricas.

Necessariamente, surge a pergunta: para que a revolução seja “perfeita, grande e clássica” basta um programa ideológico? Os programas — por mais importantes que sejam — podem ficar flutuando nas nu-

vens se não conseguem se traduzir em organização dos explorados, em tradição. Isso se deu com o primeiro programa do POR. O marxismo nos ensina que as idéias cobram força material se se assenhoram das massas, ou seja que os militantes penetrem no seio das massas e se transformem em sua direção.

Não é por pura casualidade que começando a falar de uma declaração sindical passemos — quase imperceptivelmente — a referirmos ao programa partidário.

Temos de estranhar de não dizerem que as “Teses de Pulacayo” contêm respostas ao programa do POR, mas a particularidade, ou talvez a anormalidade, é que foram elaboradas (pelos ativistas sindicais e os operários de base) primeiro e depois de forma inevitável foram lançadas ao Partido. Durante algum tempo essas Teses foram para o homem da rua o programa do POR e da FSTMB.

Essa realidade não foi uma vantagem, mas uma anomalia, que não correspondia à inter-relação que existe entre as massas e o partido político. É o Partido, armado do programa, da finalidade estratégica — elaborado coletivamente pela militância — o que leva suas idéias até o seio das massas para transformá-la, particularmente sua vanguarda. Isso é imprescindível para a transformação qualitativa do instinto em consciência de classe, em política.

O processo de transformação da classe pelo Partido permite que este se transforme, passo que exige que as massas estejam politizadas. Corresponde ao Partido — se quer converter-se em direção das massas, manter essa posição evitando que elas sejam derrotadas ou deslocadas para a direita — transformar seu programa e se colocar à altura da evolução das massas. Isso condiciona a evolução política às mudanças da situação onde se atua, em grande medida definida pela ação e a atitude das massas.

O que ocorreu na Bolívia foi muito diferente. Ninguém duvida que o POR transformou a classe operária — é o seu acerto, seu capital — mas demorou muito em transformar-se programaticamente para atuar como verdadeira direção dos explorados e oprimidos, particularmente nas jornadas de 1952. Não pôde precisar com exatidão como devia atuar, que consignas elaborar para encaminhar as massas até o poder.

Não é mecanicamente que o Partido responde às exigências das massas em luta, o faz através do aperfeiçoamento de seu programa e da atividade de seus militantes nas batalhas. Se isso não acontece, são as massas em lutam que passam por cima do Partido e o deixa de lado. Não pode permanecer indefinidamente vazio o posto da vanguarda, se isto acontece os que lutam se encarregam de colocar qualquer um na direção e lhes atribuem todas as virtudes concebíveis. Devemos concluir que o enorme atraso na transformação do programa deixou vazio o posto de direção revolucionária, não pôde se colocar à cabeça das massas e, por isso não as conduziu para a tomada do poder. Os mineiros, os operários fabris destruíram o Estado feudal burguês e o exército, mas entregaram o poder político em uma bandeja de prata ao MNR (no momento atual está no poder e é dirigido pelo novo patinho, por Goni). Uma frustração que, em grande medida, se deveu ao que era o POR como partido naquele momento. Não se pode dissimular que o Partido que transformou a classe, concluiu (nas Jornadas de Abril) como um obstáculo para a instauração do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Nossos críticos poderão encontrar documentos sobre esse processo nas “Obras Completas”, e esperamos que suas críticas estejam fundamentadas no verdadeiro pensamento político e ações dos trotskistas bolivianos.

Quando se elabora as “Teses de Pulacayo”, a velha guarda porista, que continuava sendo a direção, não estava de acordo com o documento, criticavam-no parcialmente e sabotavam-no. Um pouco depois, aquele que se passava por secretário-geral redatou uma tese francamente movimentista.

O POR era uma pequena minoria na COB, mas a honestidade dos delegados operários do MNR permitiu-lhe colocar alguns documentos importantes, sobre a terra, a nacionalização das minas etc. As “Teses de Pulacayo” foi o programa da COB até 1954, quando se aprovou um documento movimentista e começou sua burocratização, passo obrigatório para sua estatização.

Os comentaristas não dizem nada sobre o “co-governo MNR/COB”, que assim foi chamada a integração entre os movimentistas de direita e os de esquerda (os lechistas). Era necessário atuar dentro desse marco, que definia a dualidade de poderes. Por isso o POR propôs o monopólio operário do governo, como um possível passo rumo à ditadura do proletariado.

07/01/1995 - (extraído do Volume LXIII das Obras Completas de G. Lora)